



PREÇO DO PETRÓLEO DISPARA 6% APÓS ATAQUES A NAVIOS EM HORMUZ E NOVAS AMEAÇAS ENTRE EUA E IRÃ

O petróleo voltou a disparar nesta segunda-feira (4) com a troca de ameaças de ataques entre EUA e Irã, e a negociação travada na busca por um acordo de paz entre os dois países.

O barril Brent chegou a US\$ 115,24, às 13h (horário de Brasília), alta de 6,54%, depois de a agência iraniana de notícias Fars anunciar que o país atingiu um navio de guerra dos EUA com dois mísseis perto de Jask, no golfo de Omã, depois que ele ignorou os avisos iranianos para entrar no estreito de Hormuz, por onde passa 20% da produção mundial de petróleo e gás.

O Comando Central dos EUA negou que qualquer embarcação do país foi atingida na região. "Nenhum navio da Marinha dos EUA

foi atingido. As forças dos EUA estão apoiando o projeto da Paz para liberar o bloqueio naval no estreito de Hormuz", divulgou o órgão em post na rede social X.

A negociação começou em queda com o preço a US\$ 105,66, subiu para a casa dos US\$ 108 às 20h de domingo e ficou neste patamar até 5h, quando foi a US\$ 110 depois de o Irã alertar que não permitiria a entrada de embarcações dos EUA no estreito de Hormuz.

O contrato de julho do Brent, referência mundial, teve uma subida elevada com o anúncio do ataque, atingindo US\$ 114 às 7h30, mas caiu na sequência com os norte-americanos negando a ofensiva. Ela voltou a subir às 13h, indo ao ápice no dia, com a notícia de detenção de seis embarcações

iranianas pelos EUA, o que foi negado em seguida pelo Irã. Às 14h55, o barril Brent era negociado a US\$ 113,64, valorização de 5,06%. Já o petróleo WTI (West Texas Intermediate), usado nos EUA, estava a US\$ 105,25, alta de 3,25%, após ter atingido US\$ 107,43, às 7h15, para o contrato de junho.

A resposta iraniana ocorreu após Trump afirmar que os EUA comandariam um plano para ajudar os navios a trafegarem por Hormuz. "Dissemos a esses países que guiaremos seus navios com segurança para fora dessas hidrovias restritas, para que eles possam continuar livremente e habilmente com seus negócios", disse Trump na rede social Truth Social na noite de domingo (3).

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Novo Desenrola terá linhas específicas para famílias, estudantes, agricultores e empresas

Lula deve ir aos EUA encontrar Donald Trump nesta semana

Bolsonaro tem alta de hospital e volta para prisão domiciliar após passar por cirurgia no ombro

Mercado eleva previsão da inflação para 4,89% este ano



Thyssenkrupp suspende negociações com Jindal por fatia em divisão de aço



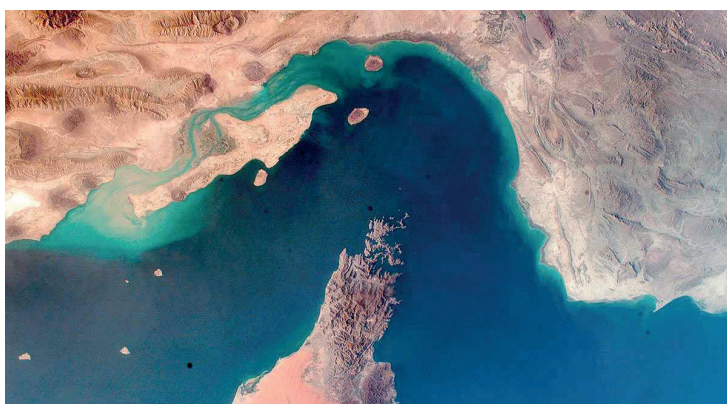
NO MUNDO

Irã diz que impediu entrada de navios de guerra dos EUA no estreito de Hormuz e ataca petroleiro emirati

A Marinha do Irã afirmou nesta segunda-feira (4) que impediu a entrada de navios de guerra dos Estados Unidos no estreito de Hormuz ao emitir um "aviso rápido e decisivo", segundo a TV estatal iraniana. O Comando Central dos EUA, que por sua vez está bloqueando portos iranianos para pressionar Teerã, disse que nenhuma embarcação do país foi atingida.

A agência semioficial iraniana Fars informou que dois mísseis teriam atingido um navio de guerra americano perto do porto de Jask, na entrada sul do estreito, onde a Marinha iraniana possui uma base, mas a informação foi negada por Washington. Um funcionário de alto escalão iraniano disse à Reuters que o Irã disparou um tiro de advertência.

O Comando Central afirmou nesta segunda que já escoltou dois navios destróieres da Marinha dos



EUA, equipados com mísseis guiados, pelo estreito.

"As forças americanas estão ativamente auxiliando os esforços para restabelecer a passagem de navios comerciais. Como primeiro passo, duas embarcações mercantes de bandeira dos EUA atravessaram com sucesso o estreito de Hormuz e seguem com segurança em sua rota", afirmou o comunicado divulgado.

Em mais uma disputa de versões, Teerã afirmou, após o anúncio, que nenhum navio mercante passou pela via marítima.

Já os Emirados Árabes

Unidos acusaram Teerã de atacar com drones um petroleiro ligado à ADNOC, petrolífera do país, que tentava atravessar o estreito. Segundo o governo, a embarcação estava vazia e por isso nenhuma pessoa ficou ferida.

"Os Emirados Árabes Unidos enfatizam a necessidade de o Irã interromper esses ataques, garantir seu pleno compromisso com a cessação imediata de todas as hostilidades e a reabertura completa e incondicional do estreito de Hormuz", acrescentou o ministério das Relações Exteriores. Folhapress

Chefe da Otan: europeus 'ouviam' recado de Trump sobre bases militares

Países europeus passaram a cumprir acordos com os EUA sobre o uso de bases militares após cobranças de Donald Trump, afirmou o secretário-geral da Otan, Mark Rutte.

Rutte disse que aliados europeus estão garantindo a implementação de acordos com Washington sobre bases militares. "Sim, houve alguma decepção do lado dos EUA, mas os europeus ouviram", afirmou a jornalista durante uma cúpula da Comunidade Política Europeia na Armênia.

Trump vem criticando países da Otan por, na visão dele, contribuírem pouco no contexto da guerra envolvendo o Irã. Rutte afirmou que as nações europeias entenderam a mensagem do presidente dos EUA e buscam responder às cobranças.

A declaração ocorre em meio a uma crise diplomá-

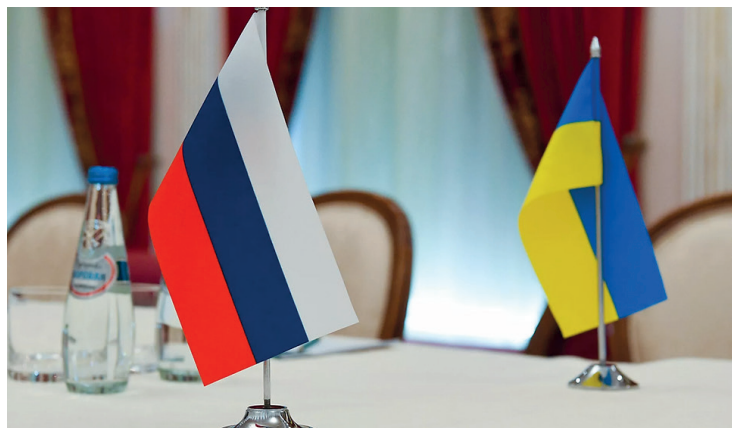
tica entre EUA e Alemanha ligada ao conflito no Oriente Médio. Na semana passada, o chanceler alemão, Friedrich Merz, disse que os iranianos estariam "humilhando" os EUA nas negociações para encerrar a guerra, que já dura dois meses.

Após a tensão, Merz tentou reforçar a importância dos EUA para a aliança militar. "Continuo convencido de que os americanos são o parceiro mais importante para nós na Aliança do Atlântico Norte", disse à emissora pública ARD, em entrevista ainda a ser exibida.

O governo americano anunciou a retirada de 5 mil soldados da Alemanha, com prazo de até 12 meses para concluir o processo. Questionado se a medida tinha relação com a estratégia de Trump no Irã, Merz respondeu: "Não há nenhuma conexão".

Folhapress

Rússia declara cessar-fogo unilateral com Ucrânia entre 8 e 9 de maio



O Exército russo fará um cessar-fogo unilateral com a Ucrânia entre 8 e 9 de maio, coincidindo com as celebrações em Moscou da vitória soviética sobre a Alemanha nazista, anunciou o Ministério da Defesa russo nesta segunda-feira (4).

A trégua foi anunciada de forma unilateral e durará 24 horas. "De acordo com a decisão do comandante supremo das Forças Armadas da Rússia, Vladimir Putin, foi declarado um cessar-fogo para os dias 8 e 9 de maio de 2026", afirmou o ministério no aplicativo de mensagens russo MAX.

A Rússia ameaçou lançar um "ataque massivo com

mísseis" contra Kiev caso a Ucrânia viole o cessar-fogo. "Se o regime de Kiev tentar implementar seus planos criminosos para interromper a celebração do 81º aniversário da vitória na Grande Guerra patriótica, as forças armadas russas lançarão, em retaliação, um ataque massivo com mísseis contra o centro de Kiev", ainda segundo o comunicado. O governo russo afirmou que Trump concordou com a ideia. Na semana passada, o presidente dos EUA disse que sugeriu "um pequeno cessar-fogo" na guerra na Ucrânia em sua ligação telefônica com o líder russo. "Conversamos mais sobre a guerra na Ucrânia", disse Trump a repórteres

no Salão Oval. A Ucrânia afirma que a Rússia violou repetidamente as tréguas anteriores. O governo ucraniano registrou mais de 400 violações durante o suposto cessar-fogo declarado na Páscoa Ortodoxa.

O governo ucraniano ainda não se manifestou sobre anúncio. Na última semana, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, havia dito pediria explicações aos EUA sobre a conversa entre Trump e Putin. Em uma mensagem no X, Zelensky indicou que havia ordenado a seus representantes que entrassem em contato com a presidência americana para "esclarecer os detalhes da proposta russa". Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

EDITORIAL: Daniela Camargo
COMERCIAL: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Novo Desenrola terá linhas específicas para famílias, estudantes, agricultores e empresas



A nova edição do programa de renegociação de dívidas Desenrola, apresentada nesta segunda-feira (40), pelo governo Lula, foi dividida em quatro frentes para públicos específicos: Famílias (para pessoas com renda de até cinco salários mínimos), Fies (estudantes inadimplentes), Empresas (micro e pequenos negócios) e Rural (agricultores familiares).

Entenda abaixo as características e as regras de cada modalidade.

DESENROLA FAMÍLIAS

É a linha principal, com foco em brasileiros com renda de até 5 salários mínimos (R\$ 8.105).

- Dívidas elegíveis: o programa abrange débitos

de cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal (CDC) contratados até 31 de janeiro de 2026. Essas dívidas devem estar em atraso por um período entre 90 dias e 2 anos.

- Condições: Os descontos oferecidos variam de 30% a 90% do valor da dívida. Especificamente, para dívidas de rotativo e cheque especial, os descontos vão de 40% a 90%, enquanto para o crédito pessoal serão de 30% a 80%. Quanto maior for o tempo de atraso da dívida, maior tende a ser o desconto aplicado.

- Taxas e Parcelamento: A taxa de juros máxima permitida é de 1,99% ao mês. O pagamento pode ser parcelado em até 48 meses (4 anos), com uma carência

de até 35 dias para o vencimento da primeira parcela.

- Limites: O novo valor consolidado da dívida (após os descontos) deve ser de até R\$ 15 mil por pessoa, por instituição financeira. Além disso, as empresas participantes devem limpar o nome de pessoas que possuam dívidas de até R\$ 100.

- Uso do FGTS: Será permitido que o trabalhador utilize o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para abater a dívida. Ele poderá usar 20% do saldo ou até R\$ 1.000,00 (o que for maior) para reduzir o montante devido, mas somente após a aplicação dos descontos mínimos obrigatórios pelo banco.

Folhapress

Prazo para entrar no 1º lote de restituição do IR 2026 termina dia 10

Contribuintes que enviarem a declaração do Imposto de Renda até 10 de maio têm mais chances de entrar no primeiro lote de restituição, caso não caiam na malha fina. O prazo para declarar o IR 2026 termina em 25 dias, em 29 de maio. Quem é obrigado a prestar contas e atrasa paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano. Há ainda outras consequências.

Quem pretende pagar o imposto no débito automático seja por cota única ou desde a primeira cota também tem até 10 de maio para fazer essa opção. O fisco espera receber 44 milhões de declarações neste ano.

O primeiro lote de restituição será liberado no próprio dia 29, quando também é a data final para quitar o Darf (Documento de Arrecadação das Receitas Federais) da cota única ou da primeira cota à Receita Federal. A restituição é paga respeitando uma fila de prioridades, que coloca idosos no topo dela.

Apesar da vantagem de enviar o quanto antes, a Receita não recomenda fazer a declaração com pressa. Informações incorretas ou incompletas podem levar à malha fina, o que trava o pagamento da restituição até que as pendências sejam resolvidas.

A orientação é conferir todos os dados com atenção antes de transmitir a declaração, além de evitar deixar o envio para os últimos dias, quando o sistema pode ficar sobrecarregado. Das 15,1 milhões de declarações entregues até 23 de abril, 1,05 milhão (6,96%) ficaram retidas na malha, percentual superior ao registrado no mesmo período do ano passado, quando era de 5,22%.

Desse total, 257,8 mil declarações estão retidas por inconsistências geradas pelo novo modelo de cruzamento de dados da Receita, que utiliza o eSocial e a EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais), após o fim da Dirf (Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte).

Folhapress

Mercado eleva previsão da inflação para 4,89% este ano



A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 4,86% para 4,89% este ano. A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira (4), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Com a guerra no Oriente Médio pressionando o preço dos combustíveis e a inflação, a previsão para o IPCA deste ano foi elevada pela oitava semana seguida, estourando o intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC. Estabelecida pelo Conselho Monetário

Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em março, a alta dos preços em transportes e alimentação fez a inflação oficial do mês fechar em 0,88% – ante 0,7% em fevereiro. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,14%, de acordo com o IBGE.

Para 2027, a projeção da inflação permaneceu em 4%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,64% e 3,5%, respectivamente.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 14,5% ao ano pelo Copom do BC. Na última reunião, na semana

passada, por unanimidade, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, pela segunda vez seguida, apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom voltou a cortar os juros na reunião passada, num cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos preços de combustíveis e de alimentos, dificulta o trabalho do Copom.

Em nota, o colegiado não deu pistas sobre a evolução dos juros. O texto informou que está monitorando o conflito e os efeitos de um possível prolongamento sobre a inflação.

ABR

POLÍTICA

Lula deve ir aos EUA encontrar Donald Trump nesta semana



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deverá viajar nos próximos dias para os Estados Unidos, onde deve se encontrar com o chefe do governo do país, Donald Trump.

A expectativa é de que a reunião seja na quinta-feira (7) e a confirmação oficial deve sair em comunicado da Casa Branca. A expectativa é que o presidente embarque na quarta e retorne na sexta-feira (8).

Lula deve viajar junto com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, que esteve nos EUA durante as reuniões da primavera do FMI (Fundo Monetário Internacional) e anunciou no início de abril uma parceria estratégica entre os dois países

para o combate ao crime organizado transnacional.

Antes do encontro, Lula tinha dito que pretendia encontrar com Trump em março, mas a ideia não foi adiante na época.

Integrantes do governo e diplomatas ainda adotam cautela e evitam dar como certa a visita porque a informação não foi oficialmente divulgada pelas autoridades americanas. Do lado brasileiro, há o receio de confirmar a informação antecipadamente e o governo americano cancelar o compromisso.

Lula e Trump estão de lados opostos do espectro político mundial. O brasileiro costuma fazer diversas críticas ao chefe do governo americano. É uma forma de

tentar desgastar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato a presidente, adversário do petista e apoiador de Trump.

Um dos momentos de maior popularidade do petista foi no ano passado, quando Lula conseguiu encaixar um discurso de soberania nacional depois de os Estados Unidos imporem um tarifaço contra produtos brasileiros.

Trump, à época, relacionou as tarifas ao processo contra Jair Bolsonaro (PL) meses depois, o ex-presidente seria condenado a 27 anos e três meses de prisão por causa da trama golpista. Nos últimos meses, porém, o republicano não criticou Lula.

Folhapress

Alckmin diz que Lula "está definindo" nova indicação ao STF

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) afirmou, nesta segunda-feira (4), que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "está definindo sua nova indicação" ao STF após o Senado Federal rejeitar, na última semana, a primeira escolha do chefe do Executivo, o advogado-geral da União, Jorge Messias.

"Olha, primeiro, quero lamentar a não eleição do Jorge Messias, porque é uma pessoa preparada, jurista com experiência, com espírito público, uma vida dedicada ao serviço público", afirmou Alckmin durante agenda em São Paulo.

"Mas enfim, isso compete ao Congresso Nacional, porque você vai ficar com um ministro a menos no Supremo já sobrecarregado de processos. Eu acho que o presidente Lula está definindo a sua nova indicação", completou o vice.

Na última quarta-feira (29), Jorge Messias foi rejeitado por 42 votos a 34 no plenário do Senado, em uma articulação da oposição com o presidente da Casa,

senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Para a aprovação no plenário, eram necessários ao menos 41 votos. Desde 1894, o Senado não rejeitava um nome indicado ao Supremo.

Nesta segunda-feira, Messias retornou ao comando da AGU (Advocacia-Geral da União). Ele esteve de férias entre os dias 8 e 30 de abril, período em que se afastou das funções para se preparar para a sabatina de sua indicação ao STF na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado.

Segundo apuração da CNN Brasil, apesar de interlocutores afirmarem que o advogado-geral está inclinado a deixar a função, há a avaliação de que ele pode atender a um eventual pedido de Lula para permanecer no cargo por mais tempo.

CNN



Bolsonaro tem alta de hospital e volta para prisão domiciliar após passar por cirurgia no ombro



O ex-presidente Jair Bolsonaro, 71, teve alta hospitalar nesta segunda-feira (4) depois de ser submetido a uma cirurgia no ombro direito na última semana. Ele deixou o hospital onde estava em Brasília nesta tarde e, com isso, deverá retornar à prisão domiciliar.

Em entrevista a jornalistas, o ortopedista Alexandre Firmino Paniago, responsável pelo procedimento, afirmou que Bolsonaro usará uma tipoia durante seis semanas e fará fisioterapia para se recuperar.

"A gente vai dar alta pra ele, na verdade, entre seis e nove meses", afirmou o médico.

A operação no manguito rotador do ex-presidente foi realizada na sexta-feira (1º) para tratar duas lesões,

uma no tendão da frente do ombro (subscapular) e outra no superior (supraespal) por via artroscópica -um tipo de cirurgia menos invasiva com pequenos cortes na articulação por onde são inseridos uma câmera digital para visualização interna do local e os instrumentos para tratar as lesões.

Segundo o médico Brasil Caiado, que acompanha Bolsonaro, o procedimento foi feito sem nenhuma intercorrência.

Também foi realizado um procedimento para aumentar o espaço na articulação para o manguito rotador ter mais conforto na movimentação.

"As lesões fixadas ficaram estáveis. O planejamento pré-operatório que a gente havia feito foi espelhado durante a cirurgia de forma

muito satisfatória. É sabido que existe uma dor e a gente conseguiu controlar essa dor", disse o ortopedista.

Em prisão domiciliar desde março, Bolsonaro precisou de autorização do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes para ser submetido ao procedimento.

O magistrado é responsável pelos processos da trama golpista que culminou nos ataques às sedes dos Poderes em 8 de janeiro de 2023. O caso levou Bolsonaro a ser condenado a 27 anos e três de prisão.

Segundo seus advogados, o ex-presidente apresentava um quadro de dor persistente e incapacidade funcional no ombro, com necessidade de tomar medicamentos analgésicos todos os dias.

Folhapress

FUSÕES & AQUISIÇÕES

Thyssenkrupp suspende negociações com Jindal por fatia em divisão de aço



A Thyssenkrupp anunciou a suspensão das conversas com a indiana Jindal Steel International sobre a venda de uma participação em sua divisão siderúrgica, citando mudanças recentes no ambiente de negócios e regulatório.

A Jindal havia feito uma oferta não vinculante pela unidade em setembro de 2025, mas representantes dos trabalhadores alemães sinalizaram que as discussões tinham estagnado.

A empresa alemã afirmou que tornar o negócio

siderúrgico autônomo continua sendo uma meta de médio prazo, e que poderá reter uma participação após a separação.

Entre os fatores que alteraram o cenário estão um acordo de reestruturação com o sindicato IG Metall, um entendimento com a Salzgitter sobre o futuro de uma planta em Duisburg e medidas de proteção comercial adotadas pela União Europeia.

"As condições para a continuidade lucrativa da Thyssenkrupp Steel estão melhores do que há muito

tempo", afirmou o CEO Miguel Lopez.

Ambas as empresas disseram ter conduzido negociações construtivas e que a decisão de pausar foi conjunta.

A Thyssenkrupp tenta há anos se desfazer da divisão, pressionada pela concorrência chinesa, demanda fraca e tarifas dos EUA.

Tentativas anteriores, com a Liberty Steel em 2021, com a Tata Steel - bloqueada pela UE em 2019 - e com o bilionário tcheco Daniel Kretinsky, também fracassaram. CNN

Francesa Saint-Gobain vende Telhanorte e encerra negócios de distribuição no país

A Saint-Gobain assinou acordo para a venda da Telhanorte, seu negócio de distribuição de materiais de construção no Brasil, para a Tauá Partners, em movimento que marca a saída completa do grupo desse segmento no País. O valor do negócio foi mantido em sigilo.

O grupo de origem francesa tentava vender a rede varejista brasileira há anos. Em 2023, frente à falta de interessados, reestruturou a Telhanorte a um modelo mais adequado à demanda dos consumidores, de lojas menores em bairros.

A empresa continua presente no Brasil, mas por meio de indústrias no setor, como Quartzolit (líder em argamassa, rejantes e impermeabilizantes), Brasilit (telhas e caixas d'água), Placo (drywall e gesso), Tekbond (adesivos)

e outras.

A venda anunciada nesta segunda-feira ocorre após a Saint-Gobain abrir mão da Tumelero, em dezembro de 2025, e encerra a presença da companhia na atividade de distribuição no mercado brasileiro.

A Telhanorte conta atualmente com 27 lojas e um centro logístico, com forte atuação no Estado de São Paulo. A empresa emprega cerca de 1.650 pessoas e registrou vendas próximas de 180 milhões de euros em 2025.

A conclusão da venda está prevista para o fim do primeiro semestre, sujeita às condições usuais para esse tipo de transação.

Segundo a Saint-Gobain, o movimento está alinhado à estratégia global de simplificação do portfólio e de reforço do foco em negócios industriais.

IstoÉDinheiro



Fusão bilionária entre gigantes de Hollywood redefine disputa no streaming



Acionistas aprovaram a fusão de US\$ 110 bilhões entre a Warner Bros. Discovery e a Paramount Global, a maior já registrada no setor.

O movimento marca uma tentativa dos estúdios tradicionais de ganhar escala para competir em um mercado dominado pelas plataformas digitais.

Este e outros assuntos da economia serão abordados no programa e na News da Resenha, newsletter para manter os investidores informados e ajudar na tomada de melhores decisões no mercado.

"Hoje temos três grandes players como Netflix, Disney e Amazon e, ao mesmo tempo, uma mudança no custo de produção e na diversidade de conteúdo", afirma Thiago Godoy, apre-

sentador da Resenha do Dinheiro.

Para Marília Fontes, sócia-fundadora da Nord Investimentos, após anos de expansão acelerada, com a entrada de novos players, o mercado entra em uma fase de maturidade, marcada pela busca por eficiência e escala.

"No começo, quando os setores estão emergindo, cada vez mais players entrando. Agora é o contrário, a margem conta mais, a competição é maior e quem é mais eficiente ou tem mais audiência ganha mercado. A consequência disso é a consolidação", explica Marília.

Além disso, outro fator que impulsiona essa mudança é o avanço da inteligência artificial. A tecnologia pode reduzir drasticamente os custos de

produção, abrindo espaço para novos concorrentes.

"O crescimento da IA vai permitir que pequenas empresas criem produções gigantescas com custos muito menores. Essa fusão parece uma forma de proteção, uma preparação para o que está por vir", analisa Bernardo Pascowitch, fundador e CEO do Yubb.

Mesmo com a transformação tecnológica, o valor das grandes produtoras ainda está concentrado em suas marcas e propriedades intelectuais.

"O grande ativo dessas empresas são as marcas que construíram ao longo do tempo, de personagens clássicos como o Batman a Casablanca. Elas detêm esses direitos, que ainda têm um valor enorme", destaca Godoy. CNN

PUBLICIDADE LEGAL



Linx Software Participações em Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 62.490.785/0001-85



As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da Linx Software Participações em Tecnologia S.A. ("Empresa") relativa ao período findo de 14 de agosto de 2025 a 31 de dezembro de 2025. Mensagem da Administração: No período de 2025, a Empresa promoveu uma série de reorganizações societárias estratégicas. Tais operações compreenderam

a conferência de participação societária, bem como a cisão e transferência de ativos e passivos entre entidades sob controle comum. O detalhamento técnico e os impactos patrimoniais dessas movimentações encontram-se descritos nas Notas Explicativas que acompanham estas demonstrações. Em 31 de dezembro de 2025, o ativo totalizou R\$ 1.631,0 milhões reflexo da conferência de participação societária e da incorporação da

unidade de negócios Equals. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 1.621,1 milhões, impulsionado pelos mesmos eventos societários. No período findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro líquido totalizou R\$ 20,5 milhões proveniente da equivalência patrimonial das empresas controladas.

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2025	Passivo	31/12/2025
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5.607	Fornecedores	1.632
Contas a receber de clientes	7.156	Obrigações trabalhistas	5.720
Tributos a recuperar	741	Impostos e contribuições a recolher	818
Créditos com partes relacionadas	409	Imposto de renda e contribuição social	1.242
Outros ativos	579	Débitos com partes relacionadas	277
Total ativo circulante	14.492	Dividendos a pagar	194
		Outros passivos	33
Não circulante		Total do passivo circulante	9.916
Tributos diferidos	418	Total do passivo	9.916
Investimentos	1.611.096	Patrimônio líquido	
Imobilizado	611	Capital social	1.567.212
Intangível	4.375	Reservas de capital	32.481
Total do ativo não circulante	1.616.500	Reserva de investimentos	19.325
		Reserva legal	1.028
Total do ativo	1.630.992	Outros resultados abrangentes	1.030
		Total do patrimônio líquido	1.621.076
		Total do passivo e do patrimônio líquido	1.630.992

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Lucro período	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 14 de agosto de 2025	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de capital	1	-	-	-	-	-	1
Aumento de capital	1.590.769	-	-	-	-	-	1.590.769
Redução de capital – cisão parcial	(23.558)	-	-	-	-	-	(23.558)
Pagamento baseado em ações	-	4.819	-	-	-	-	4.819
Acervo proveniente de cisão	-	27.662	-	-	-	-	27.662
Efeito da aplicação da hiperinflação	-	-	-	-	-	902	902
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	128	128
Lucro líquido do período	-	-	-	-	20.547	-	20.547
Distribuição de Lucro:							
Constituição de reservas	-	-	1.028	19.325	(20.353)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(194)	-	(194)
31 de dezembro de 2025	1.567.212	32.481	1.028	19.325	-	1.030	1.621.076

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 14 de agosto de 2025 e com sede na Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 7221, sala 08, Edifício Birman 21, CEP 05425-902 na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Linx Software Participações em Tecnologia S.A. ("Linx Par ou Empresa"), é uma sociedade anônima controlada pela Stone Corporate e Holding S.A. ("Stone Corporate"). A Empresa diretamente e por meio de suas controladas, estão envolvidas principalmente no fornecimento de soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale ou Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento, para o setor varejista na América Latina. A Empresa oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, em modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado. 1.1. Demonstrações consolidadas: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam: • A Empresa é controlada integralmente pela Stone Corporate, a qual não fez objeção

à não apresentação das demonstrações consolidadas; • A Empresa não negocia suas ações no mercado de capitais; • A Empresa não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") visando negociar suas ações no mercado de capitais; • Sua controladora final StoneCo disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando

indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Empresa. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

Sandro de Oliveira Bassili – Diretor
Camila Del Poente – Contadora CRC SP 290.887/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da

Linx Software Participações em Tecnologia S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Linx Software Participações em Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de agosto de 2025 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 14 de agosto de 2025 a 31 de dezembro de 2025 findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido

de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP - 034.519/O
Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-SP 300.534/O





Linx Sistemas e Consultoria Ltda.

CNPJ/MF nº 54.517.628/0001-98



As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.

As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

BALANÇO PATRIMONIAL – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	142.034	82.798	Fornecedores	34.574	35.479
Contas a receber de clientes	114.271	132.383	Arrendamento a pagar	6.512	6.667
Tributos a recuperar	4.654	10.359	Obrigações trabalhistas	72.754	61.094
Créditos com partes relacionadas	565	7.779	Impostos e contribuições a recolher	10.688	15.199
Outros ativos	29.530	34.304	Imposto de renda e contribuição social	5.454	–
Total ativo circulante	291.054	267.623	Contas a pagar por aquisição de controladas	310	2.480
			Receita diferida	11.352	11.713
			Débitos com partes relacionadas	328	3.486
			Outros passivos	9.521	9.521
			Total do passivo circulante	151.328	145.639
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber de clientes	4.319	7.192	Arrendamento a pagar	13.896	20.129
Outros ativos	8.810	13.395	Obrigações trabalhistas	3.589	2.326
Investimentos	170.045	149.250	Contas a pagar por aquisição de controladas	–	792
Imobilizado	39.199	61.132	Tributos diferidos	136.736	135.693
Intangível	1.232.818	1.221.426	Receita diferida	450	490
Total do ativo não circulante	1.455.191	1.452.395	Provisão para contingências	7.232	8.051
			Outros passivos	154	161
			Total do passivo não circulante	162.057	167.642
			Total do passivo	313.385	313.281
			Patrimônio líquido		
			Capital social	1.504.700	1.541.172
			Reservas de capital	90.708	76.410
			Outros resultados abrangentes	202	4.357
			Prejuízos acumulados	(162.750)	(215.202)
			Total do patrimônio líquido	1.432.860	1.406.737
Total do ativo	1.746.245	1.720.018	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.746.245	1.720.018

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.707.632	65.986	(176.750)	2.599	1.599.467
Aumento de capital	—	15.777	—	—	15.777
Pagamento baseado em ações	(166.460)	—	—	—	(166.460)
Efeito hiperinflação	—	—	—	(597)	(597)
Acervo proveniente de cisão	—	(5.353)	—	—	(5.353)
Baixa benefício pós emprego	—	—	—	200	200
Mudança participação patrimonial	—	—	—	(338)	(338)
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	—	—	—	2.493	2.493
Lucro do exercício	—	—	(38.452)	—	(38.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.541.172	76.410	(215.202)	4.357	1.406.737
Redução de capital – cisão	(36.472)	—	—	—	(36.472)
Pagamento baseado em ações	—	14.702	—	—	14.702
Acervo proveniente de cisão	—	(404)	—	—	(404)
Efeito hiperinflação	—	—	—	8.993	8.993
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	—	—	—	(13.148)	(13.148)
Lucro do exercício	—	—	52.452	—	52.452
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.504.700	90.708	(162.750)	202	1.432.860

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 1985 e com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, Cj. 701, Bl. A, Dep. 20 e Cj. 2101, Bl. A, Dep. 12, Edifício Birmann 21, CEP 05425-902 na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Linx Sistemas e Consultoria Ltda. ("Empresa" ou "Linx Sistemas"), é uma sociedade limitada que possui como única sócia a controlada pela Linx Software Participações em Tecnologia S.A. ("Linx Par"). A Empresa, diretamente e por meio de suas controladas, fornece soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale ou Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento, para o setor varejista na América Latina. A Empresa oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, um modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado. **1.1. Demonstrações consolidadas:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam: • A Empresa é controlada integralmente pela Linx Software Participações em Tecnologia S.A., a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas; • A Empresa não negocia suas ações no mercado de capitais; • A Empresa não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") visando negociar suas ações no mercado de capitais; • Sua controladora final StoneCo disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e

estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Empresa. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

Mateus Scherer Schwening – Diretor

Camila Del Poente – Contadora CRC SP 290.887/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Diretores da

Linx Sistemas e Consultoria Ltda.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	2025	2024
Receita operacional líquida	782.400	855.811
Custo dos serviços prestados	(391.362)	(391.362)
Lucro bruto	412.573	464.451
Despesas administrativas e gerais	(148.235)	(173.749)
Despesas de vendas	(205.522)	(227.258)
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.072)	(10.932)
Total de receitas (despesas) operacionais	(363.829)	(411.939)
Resultado de equivalência patrimonial	24.120	(61.046)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social	72.864	(8.534)
Receitas financeiras	4.704	7.799
Despesas financeiras	(18.619)	(23.739)
Resultado financeiro	(13.915)	(15.944)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	58.949	(24.478)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.454)	(6.642)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.043)	(7.332)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	52.452	(38.452)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	52.452	(38.452)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		
Ajustes acumulados de conversão de demonstrações financeiras de controladas elaboradas em moeda estrangeira	(13.148)	2.493
Mudança de participação relativa em controladas	—	(338)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		
Efeito hiperinflação	8.993	(597)
Baixa de benefício pós-emprego	—	201
Resultado abrangente total	48.297	(36.694)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em milhares de reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	52.452	(38.452)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	59.018	68.020
Resultado de equivalência patrimonial	(24.120)	61.044
Adição (reversão) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.758)	(2.600)
Perdas na baixa/alienação de bens	(14.826)	3.366
Perda na venda de subsidiária	-	5.281
Pagamento baseado em ações	13.791	15.021
Encargos financeiros	2.342	2.077
Tributos diferidos	1.043	7.333
Constituição (reversão) de provisões para contingências	121	2.777
Outras despesas (receitas) operacionais	2.996	4.591
Sub-total dos ajustes gerado pelas atividades operacionais	37.607	166.915
Variáveis nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	22.183	45.338
Tributos a recuperar	14.383	27.338
Outros ativos e créditos em partes relacionadas	15.948	11.365
Fornecedores	(1.286)	(27.479)
Obrigações trabalhistas	12.923	(3.748)
Impostos e contribuições a recolher	(5.444)	(9.541)
Receita diferida	(401)	(2.740)
Pagamento de contingências	(940)	(4.822)
Outras passivos e débitos em partes relacionadas	(3.329)	(9.047)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.291)	(7.037)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	141.805	148.095
Atividades de investimentos		
Aquisição de sociedade, líquido de caixa e equivalentes	(66.214)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(4.594)	(2.350)
Aquisição de ativo intangível	(25.595)	(89.208)
Pagamentos de parcela a prazo por aquisição de coligadas e controladas em períodos anteriores	(5.958)	(23.021)
Aumento de capital em controladas	(5.335)	(2.500)
Venda de subsidiária, líquida do caixa alienado.	36.313	-
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimentos	(71.383)	(117.079)
Atividades de financiamentos		
Pagamentos de arrendamentos	(11.186)	(13.452)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamentos	(11.186)	(13.452)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	59.236	17.566
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	82.798	65.236
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	142.034	82.798
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	59.236	17.566

adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso da estrutura e do conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independientes S/S Ltda.

CRC-SP - 034.519/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto

Contador CRC-SP 300.534/0



PUBLICIDADE LEGAL

stone

Stone Corporate e Holding S.A.

(anteriormente denominada Linx S.A.)

CNPJ/MF nº 06.948.969/0001-75

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanco Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					Passivo e Patrimônio líquido				
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	312.657	3.840	348.800	106.623	Fornecedores	743	96	4.861	55.228
Aplicações financeiras	–	200.758	–	208.523	Contas a pagar a partes relacionadas	2.339	19	2.339	5.766
Contas a receber de clientes	–	–	29.692	173.007	Arrendamentos a pagar	189	–	1.247	7.980
Contas a receber de partes relacionadas	1.848	–	2.234	2.281	Salários e encargos sociais	–	6	11.692	83.552
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	6.909	–	6.909	–	Impostos a recolher	148	4.150	4.883	31.854
Impostos a recuperar	13.720	3.506	15.556	25.896	Outros resultados abrangentes	267.389	396	279.889	396
Despesas antecipadas	50	–	94	–	Dividendos a pagar	2.624	26	25.605	28.816
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	1.897	–	Outros passivos	–	–	–	–
Outros ativos	36.396	71	37.352	43.761		–	–	–	–
	371.580	208.175	442.534	560.091	Passivos associados a ativos mantidos para venda	3.315	–	793.006	–
Ativos classificados como mantidos para venda	3.231.196	–	4.022.823	–		276.747	4.693	1.123.522	213.592
	3.602.776	208.175	4.465.357	560.091	Passivo não circulante				
Ativo não circulante					Arrendamentos a pagar	–	–	1.359	21.285
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	18.000	220	–	Salários e encargos sociais	413	–	423	2.420
Contas a receber de clientes	–	–	3	7.888	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.389	–	16.551	112.766
Impostos a recuperar	–	–	–	66	Provisão para contingências	3.551	10	49.481	8.352
Outros ativos	14.439	–	14.441	43.516	Outros passivos	4.591	–	5.020	2.081
Despesas antecipadas	24	–	24	–		9.944	10	72.834	146.904
Investimentos	199.102	1.340.652	4.816	–	Patrimônio líquido				
Imobilizado	313	–	8.288	78.341	Capital social	2.859.077	817.245	2.859.077	817.245
Intangível	16.498	–	289.422	1.356.604	Reserva legal	7.037	7.037	7.037	7.037
	230.376	1.358.652	317.214	1.486.415	Reserva de capital	893.274	884.860	893.274	884.860
					Outros resultados abrangentes	(43.108)	(22.832)	(43.108)	(22.832)
					Prejuízos acumulados	(169.819)	(124.186)	(169.820)	(124.186)
					Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	3.546.461	1.562.124	3.546.460	1.562.124
					Participação dos não controladores	–	–	39.755	123.887
					Total do patrimônio líquido	3.546.461	1.562.124	3.586.215	1.686.011
					Total do passivo e do patrimônio líquido	3.833.152	1.566.827	4.782.571	2.046.507
Total do ativo	3.833.152	1.566.827	4.782.571	2.046.506					

Demonstração dos Resultados – Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Reapresentado 2025	Reapresentado 2024	Reapresentado 2025	Reapresentado 2024		Reapresentado 2025	Reapresentado 2024	Reapresentado 2025	Reapresentado 2024
Receita líquida de serviços	–	–	45.311	30.659	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.970)	18.000	(18.352)	18.000
Custos dos serviços prestados	(31)	–	(5.147)	(182)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício de operações continuadas	7.789	31.543	9.839	(35.527)
Lucro bruto de operações continuadas	(31)	–	40.164	30.477	Lucro líquido (prejuízo) do exercício de operações descontinuadas	(73.234)	(19.958)	(67.414)	45.197
Despesas administrativas	(2.022)	(708)	(25.615)	(20.787)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(65.445)	11.585	(57.575)	9.670
Despesas de vendas	(16)	(9)	(10.105)	(5.690)	Lucro líquido (prejuízo) de operações continuadas atribuível a:				
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(76)	6.284	(1.177)	(63.846)	Acionistas da controladora	7.789	31.543	9.145	(33.612)
Receitas (despesas) operacionais de operações continuadas	(2.114)	5.567	(36.897)	(90.323)	Participação dos não controladores	–	–	694	(1.915)
Resultado de equivalência patrimonial	1.475	–	130	–	Lucro líquido (prejuízo) de operações descontinuadas atribuível a:				
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos de operações continuadas	(670)	5.567	3.397	(59.846)	Acionistas da controladora	(73.234)	(19.958)	(74.590)	45.197
Receitas financeiras	27.730	12.047	29.852	15.221	Participação dos não controladores	–	–	7.176	–
Despesas financeiras	(783)	(4)	(5.080)	(4.407)		(73.234)	(19.958)	(67.414)	45.197
Resultado financeiro de operações continuadas	26.947	12.043	24.772	10.814					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social de operações continuadas	26.277	17.610	28.169	(49.032)					
Imposto de renda e contribuição social corrente	482	(4.067)	22	(4.495)					

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Capital subscrito		Reserva legal		Reserva legal		Outros resultados abrangentes		Lucro (prejuízo) acumulado		Participação dos não controladores	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023	782.577	7.037	878.529	(24.753)	(135.771)	1.507.619	134.517	1.642.136				
Aumento de capital	190.000	–	–	–	–	190.000	6.346	196.346				
Redução de capital via cisão	(155.332)	–	–	–	–	(155.332)	–	(155.332)				
Mudança participação relativa controladas	–	–	71	–	–	71	130	201				
Pagamento baseado em ações	–	–	14.944	–	–	14.944	1.372	16.316				
Conferência de ações	–	–	–	–	–	–	(17.217)	(17.217)				
Movimentação proveniente de cisão controladas	–	–	(8.684)	–	–	(8.684)	–	(8.684)				
Dividendos pagos	–	–	–	–	–	–	–	–				
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	1.921	1.921	654	2.575				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	–	–	–	–	11.585	11.585	(1.915)	9.670				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	817.245	7.037	884.860	(22.832)	(124.186)	1.562.124	123.887	1.686.011				
Aumento de capital	12.914	–	–	–	–	12.914	–	12.914				
Redução de capital	(1.669.125)	–	1.673.848	–	(4.723)	–	–	–				
Aumento de capital proveniente de incorporação	3.698.043	–	(1.678.569)	–	19.812	2.039.286	–	2.039.286				
Pagamento baseado em ações	–	–	13.650	–	–	13.650	835	14.485				
Transação de capital com participações não controladoras	–	–	–	–	–	–	43.261	43.261				
Movimentação proveniente de acervo de cisão controladas	–	–	–	–	(913)	–	(129.947)	(130.860)				
Dividendos pagos	–	–	–	–	–	–	(7.858)	(7.858)				
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(15.553)	(15.553)	(439)	(15.992)				
Outros	–	–	398	–	–	398	2.146	2.544				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	–	–	–	–	(65.445)	(65.445)	7.870	(57.575)				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.859.077	7.037	893.274	(43.108)	(169.819)	3.546.461	39.755	3.586.216				

Mateus Scherer Schwening – Diretor

Camila Del Poente – Contadora – CRC ISP 290.887/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas da Stone Corporate e Holding S.A. (anteriormente denominada "Linx S.A.")

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Stone Corporate e Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que

há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

Demonstração dos Resultados Abrangentes Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Reapresentado 2025	Reapresentado 2024	Reapresentado 2025	Reapresentado 2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.789	31.543	9.839	(35.527)
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado em períodos para o resultado em períodos subsequentes	(23.775)	2.284	(24.899)	2.972
Mudança na participação relativa a controladas	–	–	(11.845)	–
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	–	2.284	(13.054)	2.972
Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas	(23.775)	–	–	–
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado em períodos para o resultado em períodos subsequentes	3.499	(363)	4.184	(397)
Baixa benefício pós emprego	–	183	–	200
Impactos em economias hiperinflacionárias	–	(546)	8.907	(597)
Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas	8.222	–	–	–
Movimentação proveniente de incorporação	(4.723)	–	(4.723)	–
Total do resultado abrangente do exercício	(12.487)	33.464	(10.876)	(32.952)
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da controladora	(12.487)	33.464	(12.487)	33.464
Participação dos não controladores	–	–	1.611	512
	(12.487)	33.464	(10.876)	33.976

Demonstração dos Fluxos de Caixa Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(65.445)	11.585	(57.575)	9.670
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	536	–	76.218	93.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.947	(18.000)	19.512	(11.689)
Perda (ganho) com investimentos em controladas e coligadas	(85.769)	19.958	(130)	978
Resultado financeiro, líquido	(652)	(10.322)	5.945	825
Provisão para contingências	669	10	(1.205)	2.921
Pagamento baseado em ações	33	–	20.718	16.316
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	–	–	(2.349)	(2.233)
Perda (ganho) na baixa e alienação de bens	–	–	16.910	10.305
Perda com impairment de ativos	157.991	–	–	–
Perda na venda da subsidiária	–	–	–	74.060
Valor justo de derivativos	–	–	(774)	–
Efeito da aplicação de hiperinflação	–	–	8.985	(597)
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de partes relacionadas	3.177	–	4.466	–
Impostos a recuperar	4.190	12.056	18.309	33.357
Despesas antecipadas	(6)	–	(13.505)	–
Contas a receber e outros ativos	63	51	62.746	35.189
Contas a pagar a partes relacionadas	(546)	–	(7.186)	–
Pagamento de contingências	–	–	(1.288)	(4.999)
Impostos a recolher	(10.916)	(4.612)	15.295	(4.038)
Salários e encargos sociais	(521)	6	6.473	4.032
Dividendos	5.475	–	(6.909)	–
Fornecedores e outros passivos	(380)	(118)	21.222	(38.527)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.509)	(3.420)	(17.986)	(14.091)
Contas a receber de emissores de cartões	–	–	–	3.043
Juros pagos	–	–	(2.423)	–
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais	19.337	7.194	165.469	207.865
Aquisições de ativo imobilizado	(127)	–	(5.043)	(8.068)
Aquisições de ativo intangível	(1.351)	–	(4.289)	(118.192)
Caixa e equivalente de caixa referente a cisão	–	–	–	(19.785)
Caixa e equivalente de caixa referente a incorporação	112	–	154.764	–
Resgate (aquisição) de aplicações financeiras, líquido	290.846	(186.137)	208.523	(192.249)
Aquisição de participação em controladas e coligadas	–	–	(5.957)	(37.270)
Venda de subsidiária, líquido de caixa baixado	–	–	–	(7.204)
Cisão de subsidiária, líquido de caixa	–	5.042	–	–
Aumento de capital em controladas e coligadas	–	(19.791)	–	6.346
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento	289.480	(200.886)	347.998	(376.422)
Pagamentos de arrendamentos	–	–	(10.328)	(14.690)
Transação com participações não controladoras	–	–	(11.845)	–
Pagamento de dividendos de acionistas não controladores	–	–	(7.858)	–
Aporte de capital social em controladas	–	190.000	–	190.000
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	–	190.000	(30.031)	175.310
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	–	–	(10.616)	2.231
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	308.817	(3.692)	472.820	8.984
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.840	7.532	106.623	97.639
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	312.657	3.840	579.443	106.623
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	308.817	(3.692)	472.820	8.984

PUBLICIDADE LEGAL

stone

Pagar.me S.A.

CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.

As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	Passivo	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	160.189	388.652	Depósitos de clientes bancários	548.481	641.181
Aplicações financeiras	4.327.235	14.611.419	Contas a pagar a estabelecimentos	3.460.829	3.680.469
Ativos financeiros de soluções bancárias	548.481	641.185	Contas a pagar	270.000	11.014
Contas a receber	4.370.936	6.413.831	Obrigações vinculadas a sub-rogação	3.533.649	18.669.106
Despesas antecipadas	40.899	127.925	Empréstimo e financiamentos	28.127	21
Tributos a recuperar	35	1.384	Fornecedores	29.608	65.513
Outros créditos	112	775	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12.679	10.963
Total do ativo circulante	9.447.887	22.185.171	Obrigações tributárias	3.674	36.687
Ativo não circulante			Adiantamento de clientes	6.826	6.716
Contas a receber	3.658	111.571	Dividendos a pagar	-	842
Outros créditos	6.082	4.845	Total do passivo circulante	7.893.873	23.122.516
Despesas antecipadas	112	7.128			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	160.242	195.180	Passivo não circulante		
Imobilizado	131.818	743.728	Contas a pagar a estabelecimentos	48.603	13.944
Intangível	24.526	26.276	Contas a pagar	15	12.683
Total do ativo não circulante	326.438	1.088.728	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.876	4.524
Total do ativo	9.774.325	23.273.899	Provisão para contingências	23.665	6.307
			Outros Passivos	1.787	2.223
			Total do passivo não circulante	81.946	39.681
Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)					
	2025 (Reapresentado)	2024 (Reapresentado)	Patrimônio líquido		
Lucro líquido do exercício	(29.851)	88.633	Capital social	1.734.276	134.276
Itens que serão reclassificados para o resultado	111.487	49.840	Reserva de capital	46.904	41.736
Varição no contas a receber de credenciadores e partes relacionadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	168.921	75.515	Reserva legal	11.310	11.310
Efeito tributário sobre item acima	(57.434)	(25.675)	Reserva de lucros	118.099	147.950
Total do resultado abrangente do exercício	81.636	138.473	Outros resultados abrangentes	(112.083)	(223.570)
			Total do patrimônio líquido	1.798.506	111.702
Demonstração do Resultado – Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			Total do passivo e patrimônio líquido	9.774.325	23.273.899
	2025 (Reapresentado)	2024 (Reapresentado)			
Receita líquida de serviços	236.714	1.227.033	Despesas financeiras	(433.642)	(1.451.404)
Custo dos serviços prestados	(452.046)	(905.038)	Resultado financeiro	324.285	353.332
Lucro bruto	(215.332)	321.995	Outras receitas (despesas) não operacionais	7.469	(1.732)
Despesas gerais e administrativas	(26.202)	(67.981)	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(53.444)	117.295
Despesas com vendas	(111.141)	(431.360)	Imposto de renda e contribuição social correntes	1.097	(33.905)
Outras receitas (despesas) operacionais	(32.523)	(56.959)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.496	5.243
Total de receitas (despesas) operacionais	(169.866)	(556.300)	Lucro líquido do exercício	(29.851)	88.633
Lucro (prejuízo) operacional	(385.198)	(234.305)			
Receitas financeiras	757.927	1.804.736			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros Resultados abrangentes
Saldo em 31 de dezembro de 2023	134.276	27.259	6.878	64.591	(173.730)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	14.477	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(49.840)
Lucro líquido	-	-	-	-	-
Destinações do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-
Constituição da Reserva legal	-	-	4.432	-	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.432)
Constituição de reserva de investimento	-	-	-	83.359	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134.276	41.736	11.310	147.950	(223.570)
Aumento de Capital	1.600.000	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	5.168	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	111.487
Prejuízo do exercício	-	-	-	(29.851)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.734.276	46.904	11.310	118.099	(112.083)
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	2025 (Reapresentado)	2024 (Reapresentado)			
Atividades operacionais			Contas a pagar a partes relacionadas	(15.148.125)	2.392.830
Prejuízo/Lucro do exercício	(29.851)	88.633	Outros passivos	27.669	(486)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais			Juros pagos, líquidos	(423.562)	(1.450.183)
Depreciação e amortização	150.284	299.277	Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.526)	(6.497)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.496)	(51.366)	Caixa gerado pelas atividades operacionais	(12.424.575)	1.459.705
Receitas financeiras, líquidas	(751.357)	(1.804.534)	Atividades de investimento		
Provisão para contingências	17.194	6.397	Alienação (aportes) em aplicações financeiras, líquido	11.078.064	(1.006.803)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	26.652	32.093	Aquisição de imobilizado	(573.814)	(415.940)
Ganho na baixa e alienação de bens	1.023.247	143.708	Venda de imobilizado	-	112.039
Pagamento baseado em ações	9.708	14.777	Aquisição de ativos intangíveis	-	(58.309)
	453.232	(1.359.948)	Caixa consumido pelas atividades de investimento	10.504.250	(1.369.013)
Variações nos ativos e passivos			Atividades de financiamento		
Contas a receber	2.307.020	(505.339)	Dividendos pagos	(842)	(13.391)
Tributos a recuperar	33.537	(38.817)	Aumento de capital	1.600.000	-
Outros créditos	(574)	1.259	Caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	1.599.158	(13.391)
Contas a receber de partes relacionadas	294.906	2.000.963	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(321.167)	77.301
Contas a pagar a estabelecimentos	74.005	281.439	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.029.837	952.536
Despesas antecipadas	94.042	(39.091)	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	708.670	1.029.837
Fornecedores	(36.107)	13.752			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.068	(38.701)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(321.167)	77.301
Obrigações tributárias	(56.215)	127.208			
Adiantamento de clientes	110	(97)			
Pagamento de contingências	(6.204)	(7.220)			
A Diretoria			Camila Del Poente – Contadora CRC ISP 290.887/O-8		



DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br



Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião da Diretoria realizada em 31/12/2023

Data, Hora e Local: Em 31/12/2023, às 10hs, na sede social. **Mesa:** Presidente: Sr. Antonio Celso Dantas; Secretária: Sra. Helen Menezes Kobayashi Zamora. **Convocação e Presença:** dispensada em razão da presença da totalidade dos diretores. **Deliberações aprovadas:** (i) a alteração do endereço da filial inscrita no CNPJ sob o n.º 43.076.082/0008-37 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.906.086.255, da Rua José Gomes Falcão, n.º 111, Sala 05, Barra Funda, CEP 01139-010, na Capital do Estado de São Paulo para Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, Unidade 34, sala 01 do Centro Logístico Anhanguera, complemento: KM 15 Sul, Saída KM 16, CEP 05275-000, na Capital do Estado de São Paulo; e (ii) a alteração do endereço da filial inscrita no CNPJ sob o n.º 43.076.082/0011-32 e registrada na JUCESP sob o NIRE 35.906.522.900, da Rua José Gomes Falcão, n.º 111, Barra Funda, CEP 01139-010, na Capital do Estado de São Paulo, para a Avenida Paulista, n.º 475, 15º andar, Bela Vista, CEP 01311-000, na Capital do Estado de São Paulo. Nada mais. São Paulo, 31/12/2023. Diretores presentes: Antonio Celso Dantas e Gary Lee Cantor (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez). JUCESP n.º 5.769/24-3 em 15/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Apiário Participações e Serviços SPS Ltda.
CNPJ/MF nº 18.354.216/0001-10 – NIRE 35.227.657.976

Ata de Reunião de Sócios

Data, Horário e Local. Aos 30/09/2021, às 14h00, na sede da Sociedade. Convocação e Presenças. Dispensada em razão da presença dos únicos sócios representando a totalidade do capital social. Mesa. Presidente: Fernando Shayer ("Fernando"); e Secretária: Cristiana de Povina Cavalcanti Shayer ("Cristiana"). Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos: (a) Aprovar, sem reservas, a redução do capital social da Sociedade em R\$ 2.772.306,00, por ser excessivo em relação ao objeto da Sociedade. O capital social da Sociedade passa de R\$56.391.413,00 para R\$ 3.619.107,00, mediante o cancelamento de 2.772.306 quotas sociais, com valor nominal de R\$1,00 cada. (b) Em decorrência da redução de capital ora aprovada, a sócia Cristiana recebe R\$ 212.931,00, em restituição do valor das quotas canceladas; e o sócio Fernando recebe R\$ 2.559.375,00, em restituição do valor das quotas canceladas, sendo R\$ 2.495.925,98 até 31/12/2021, e o saldo restante até 31/12/2022. Nada mais. Mesa e Acionistas: Fernando Shayer – Presidente e Acionista; Cristiana de Povina Cavalcanti Shayer – Secretária e Acionista.

Analia Franco Comércio e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.
CNPJ/MF nº 56.561.731/0001-60 - NIRE 35207240123

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. **Antonio de Abreu**, Diretor Superintendente da **Analia Franco Comércio e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.561.731/0001-60, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35207240123 ("**Sociedade**"), nos termos do Artigo 1.152, §3, da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), **convoca** todas as sócias da Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na administração do Shopping Analia Franco, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Regente Feijó, nº 1.739, Piso Orquídea, Bairro Tatupeté, CEP: 03342-000, no próximo dia **14 de maio de 2026**, às **15:00**, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Fica ressaltada a necessidade de representação adequada de cada sócia para validamente computarem os votos. São Paulo – SP, 10 de abril de 2026.

Antonio de Abreu, Diretor Superintendente. (30/04, 01 e 05/05/2026)

Servgás Distribuidora de Gás S/A
CNPJ/MF nº 55.332.811/0001-81

Assembleia Geral Ordinária – Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia **20 de Maio de 2026, Quarta-Feira, às 10:00 horas**, no **Hotel Ibis São Paulo Expo**, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 – Barra Funda – São Paulo/SP – Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I – Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2025. II – Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2025. III – Outros assuntos. Guarulhos/SP, 20 de Abril de 2026.

Demetrio Augusto Zacharias – Diretor Presidente. (05, 06 e 07/05/2026)

COTAÇÃO DAS MOEDAS



Coroa (Suécia) - 0,5343
Dólar (EUA) - 4,9587
Franco (Suíça) - 6,3297
Iene (Japão) - 0,03154
Libra (Inglaterra) - 6,7106
Peso (Argentina) - 0,003548
Peso (Chile) - 0,005442
Peso (México) - 0,2832
Peso (Uruguai) - 0,1232
Yuan (China) - 0,726
Rublo (Rússia) - 0,06559
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,8007

PUBLICIDADE LEGAL

Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05/12/2022

Data, Horário e Local: em 05/12/2022, às 9hs, na sede social. **Mesa:** Presidente: Antonio Celso Dantas; Secretária: Helen Menezes Kobayashi Zamora. **Convocação e Presença:** dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia. **Deliberações aprovadas:** 5.1 Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia da Rua José Gomes Falcão, n.º 111, Barra Funda, CEP 01139-010, na Capital do Estado de São Paulo, para Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera, na Capital do Estado de São Paulo. 5.2 Aprovar (i) a alteração do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** a esta ata, para (a) incluir o endereço da nova sede da Companhia, prevista no Artigo 2º do Estatuto Social; (b) alterar o Artigo 4º, removendo as menções à Matriz e/ou às filiais da Companhia em cada CNAE; e (c) refletir e consolidar as alterações estatutárias aprovadas desde a última consolidação do Estatuto Social, na Assembleia Geral Extraordinária de 23/08/2019. Dessa forma, os Artigos 2º e 4º do Estatuto Social passam a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, Via Anhanguera, S/N, jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera. §Único Por deliberação da diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.” “Artigo 4º. A Companhia tem por objeto: (i) Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; parte e peças CNAE 46.69-9-99; (ii) comércio atacadista de equipamentos de informática CNAE 46.51-6-01; (iii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação CNAE 46.52-4-00; (iv) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE 47.51-2-01; (v) outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE 64.63-8-00; (vi) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE 74.90-1-04; (vii) treinamento em informática CNAE 85.99-6-03; (viii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos CNAE 95.11-8-00; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente CNAE 82.19-9-99; (x) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE 62.03-1-00; (xi) consultoria em tecnologia da informação CNAE 62.04-0-00; (xii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CNAE 62.09-1-00; (xiii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 63.11-9-00.”** Nada mais. São Paulo, 05/12/2022. JUCESP nº 25.433/23-4 em 18/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º A Arrow Brasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera. **§Único** Por deliberação da diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior: **Artigo 3º** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º** A Companhia tem por objeto: (i) Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; parte e peças CNAE 46.69-9-99; (ii) comércio atacadista de equipamentos de informática CNAE 46.51-6-01; (iii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação CNAE 46.52-4-00; (iv) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE 47.51-2-01; (v) outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE 64.63-8-00; (vi) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE 74.90-1-04; (vii) treinamento em informática CNAE 85.99-6-03; (viii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos CNAE 95.11-8-00; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente CNAE 82.19-9-99; (x) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE 62.03-1-00; (xi) consultoria em tecnologia da informação CNAE 62.04-0-00; (xii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CNAE 62.09-1-00; (xiii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 63.11-9-00. **Capítulo II. Do Capital e das Ações. Artigo 5º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 82.178.413,00, dividido em 212.371.286 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º** A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo criar ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais existentes, sem guardar a proporção existente entre as espécies, observada a proporção entre ações ordinárias e preferenciais prevista na Lei nº 6404/76 e as normas deste estatuto. **Artigo 7º** A cada ação ordinária corresponde 1 voto nas deliberações tomadas em Assembleias Gerais. **Artigo 8º** A ação é indivisível em relação à Companhia. **Artigo 9º** As ações não serão representadas por cautelas, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 10** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas por qualquer membro do Conselho de Administração. **Artigo 11** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Executivo ou, na sua ausência, por qualquer Diretor. Caberá ao presidente da Assembleia Geral a designação do secretário. **Artigo 12** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei. **Capítulo IV. Da Administração da Companhia. Artigo 13** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração será composto por 3 membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 1 ano, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral escolherá, dentre os membros do Conselho de Administração, o Presidente. **§Único** A investidura no cargo de conselheiro de administração far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, independentemente de caução. **Artigo 14** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado, por escrito, por um de seus membros, com 5 dias de antecedência. É dispensado o interregno de 5 dias quando o Conselho de Administração se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. **§1º** Nas reuniões do Conselho de Administração, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Em caso de empate, a matéria será submetida à Assembleia Geral. **§2º** Em todas as reuniões do Conselho de Administração é admitido que o membro do Conselho de Administração ausente seja representado por um de seus pares, seja para formação de “quórum”, seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta, telegrama, telefax ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. **Artigo 15** Compete especialmente ao Conselho de Administração a) convocar as assembleias gerais; b) fixar a orientação geral dos negócios sociais; c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre atos da administração; e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) manifestar-se sobre as propostas e recomendações da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral; e h) decidir quaisquer questões extraordinárias relativas à Companhia. **Artigo 16** A Diretoria será composta por 2 a 4 Diretores, sendo 1 Diretor Executivo, 1 Vice Diretor Executivo e 2 Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, que também fixará seus honorários. **Artigo 17** O prazo de mandato dos Diretores, que são reelegíveis, é de 1 ano, mas qualquer que seja a data de eleição, os mandatos dos Diretores terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social de suas gestões; outrossim, mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores. **Artigo 18** A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, independentemente de caução. **Artigo 19** Em caso de impedimento ou ausência temporária do Diretor Executivo, o Vice Diretor Executivo será seu substituto. Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer outro Diretor, compete ao Diretor Executivo indicar, entre os Diretores, um substituto que acumulará interinamente as funções do Diretor impedido. **§1º** Ocorrendo vaga na Diretoria, proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo pelo Conselho de Administração, sendo o substituto eleito pelo prazo do mandato do substituído. **§2º** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do Diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 dias consecutivos. **Artigo 20** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada, por escrito, por qualquer de seus membros, com 03 dias de antecedência. É dispensado o interregno de 03 dias quando a Diretoria se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. **§1º** Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor ausente seja representado por um de seus pares, seja para formação de “quórum”, seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta, telegrama, telefax ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. **Parágrafos 2º** Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Em caso de empate, a matéria será submetida à Assembleia Geral. **Artigo 21** Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste estatuto. **Artigo 22** Compete especialmente à Diretoria, observando a competência do Conselho de Administração: a) apresentar à Assembleia Geral o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho Fiscal, se em operação; b) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, escritórios ou outras dependências da Companhia; c) propor à Assembleia Geral a destinação dos lucros do exercício e a distribuição de juros sobre o capital próprio ou de dividendos intermediários, observadas as disposições legais e as deste estatuto; e d) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do artigo 23, infra. **§Único** Compete ao Diretor Executivo: a) a supervisão geral e a coordenação das áreas econômicas, financeira, comercial e administrativa, de forma a assegurar o desenvolvimento normal das atividades sociais; b) a supervisão do desempenho da infraestrutura organizacional é da política de pessoal; c) a coordenação da programação de investimentos, projeção e controle de receitas e despesas, quadro de pessoal e estudos de mercado; d) a supervisão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais; e) fixação das metas comerciais e o estabelecimento das práticas comerciais a serem adotadas, definindo os contratos comerciais a serem celebrados e a contratação e/ou dispensa de distribuidores e representantes comerciais; e f) a coordenação de compras e almoxarifado, de exportação de mercadorias e de importação de matérias primas. **Artigo 23** A Companhia considerará-se obrigada quando representada: a) isoladamente pelo Diretor Executivo; b) conjuntamente por dois Diretores; c) por um Diretor em conjunto com um procurador ou por dois procuradores, de acordo com os poderes conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no §1º, infra; ou d) isoladamente por um Diretor ou um procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhe houverem sido conferidos, observado o disposto no §2º, infra. **§1º** Na constituição de procuradores, a Companhia deverá ser necessariamente representada por dois Diretores em conjunto. **§2º** A representação da Companhia por um só Diretor ou procurador está limitada aos seguintes atos: a) endosso de cheques, duplicatas ou ordens de pagamento em favor de estabelecimentos bancários, para efeito de depósito, desconto, caução ou cobrança, inclusive para assinar os respectivos contratos, propostas e “borders”; b) representação perante quaisquer repartições públicas, federais, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, inclusive Departamento do Comércio Exterior, Carteira de Câmbio e quaisquer outras, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos; e c) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas. **§3º** Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a um ano. **Artigo 24** Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contraírem obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência deste artigo. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 25** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que preencham os requisitos previstos no artigo 161 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26** O Conselho Fiscal será composto de 03 a 05 membros e de suplentes em igual número. A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, §3º, da Lei nº 6.404/76. **§1º** O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições determinados pela Lei nº 6.404/76. **§2º** Nos impedimentos ou ausências de membros do Conselho Fiscal, estes serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VI. Do Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 27** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal. **Artigo 28** A Diretoria deverá submeter à Assembleia Geral juntamente com as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do resultado do exercício, sendo que dos lucros líquidos, serão destinados: a) 5% para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; b) a importância destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76; c) o saldo remanescente do lucro líquido, após a destinação prevista nos itens (a) e (b) anteriores, deverá ser destinado (i) à Reserva para Investimentos e Expansão ou (ii) de acordo com a proposta da administração sujeita a deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 29** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada “Reservada para Investimentos e Expansão”, a qual tem como finalidade assegurar recursos suficientes para expandir as atividades e investimentos, bem como para subsidiar projetos para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades da Companhia. **§1º** Efetivadas as destinações previstas nos itens (a) e (b) do artigo 28, acima, até 100% do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício poderá ser destinado para a Reserva para Investimentos e Expansão. **§2º** Caso não utilizados ou aproveitados para a absorção de prejuízos acumulados, a Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Expansão aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização ou sua aplicação na recompra de ações para manutenção em tesouraria. **§3º** O saldo da Reserva para Investimentos e Projetos não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Ultrapassado esse limite, a Assembleia Geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas, recompra de ações, integralização ou aumento do capital social. **Artigo 30** Em razão da natureza das atividades da Companhia, que necessita constantes reinvestimentos de capital próprio, os acionistas não farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório. Na hipótese de este dispositivo vir a ser considerado nulo em juízo, fica estabelecido, para os fins previstos no caput do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que os acionistas farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório no valor de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202, inciso I, da Lei nº 6.404/76. **Artigo 31** A Diretoria poderá levantar balanços intermediários e declarar dividendos a conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais. **Capítulo VII. Da Liquidação da Companhia. Artigo 32** A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período.”

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 43.076.082/0001-60 - NIRE: 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/05/2022

Data, Hora e Local: Aos 10/05/2022, às 11hs, na sede. **Presença:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Convocação prévia dispensada. **Mesa:** Jose Alberto Rezende Caous - Presidente; Antonio Celso Dantas - Secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) **Aprovada** a adequação do objeto social para excluir as seguintes atividades da **matriz**, acima qualificada, de “Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras (CNAE 43.29-1-03), serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores (CNAE 45.20-0-03), desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis (CNAE 62.03-1-00), consultoria em tecnologia da informação (CNAE 62.04-0-00), tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação de hospedagem na internet (CNAE 63.11-9-00) e o aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios (CNAE 77.33-1-00)”, excluir a atividade da **filial** 0008-37, acima qualificada, “Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (CNAE 95.11-8-00)”, e consequentemente a alteração do Artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 4º** A Companhia tem por objeto: (i) Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; parte e peças CNAE 46.69-9-99 (**matriz** e **filial** 0010-51), (ii) comércio atacadista de equipamentos de informática CNAE 46.51-6-01 (**matriz** e **filial** 0010-51), (iii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação CNAE 46.52-4-00 (**matriz** e **filial** 0010-51), (iv) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE 47.51-2-01 (**matriz** e **filial** 0010-51), (v) outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE 64.63-8-00 (**matriz**), (vi) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE 74.90-1-04 (**matriz**), (vii) treinamento em informática CNAE 85.99-6-03 (**matriz** e **filial** 0008-37), (viii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos CNAE 95.11-8-00 (**matriz**), (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente CNAE 82.19-9-99 (**filial** 0007-56), (x) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE 62.03-1-00 (**filial** 0008-37), (xi) consultoria em tecnologia da informação CNAE 62.04-0-00 (**filial** 0008-37), (xii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CNAE 62.09-1-00 (**filial** 0008-37), (xiii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 63.11-9-00 (**filial** 0008-37). Nada mais. São Paulo, 10/05/2022. JUCESP nº 312.683/22-4 em 20/06/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/06/2021

Data, Hora e Local: 25/06/2021, às 10hs, na sede social. **Mesa:** Sr. José Alberto Rezende Caous como Presidente e Sr. Antonio Celso Dantas como Secretário. **Convocação e Presença:** dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia. **Deliberações aprovadas:** 5.1. (i) aceitar a renúncia do Sr. **Alan Chan**, cidadão estadunidense, advogado; (ii) eleger o Sr. **James William Sytsma**, americano, advogado; (iii) reeleger o Sr. **Christopher David Stansbury**, cidadão estadunidense, administrador; e (iv) reeleger o Sr. **John Alan Bird**, cidadão estadunidense, administrador. Os Srs. James William Sytsma, Christopher David Stansbury e John Alan Bird declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. SP, 25/06/2021. JUCESP nº 405.693/21-7 em 24/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/05/2021

Data, Hora e Local: 28/05/2021, às 10hs, na sede social. **Mesa:** Sr. José Alberto Rezende Caous como Presidente e Sr. Antonio Celso Dantas como Secretário. **Convocação e Presença:** Dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia. **Deliberações aprovadas:** 5.1. (i) Reeleitos o Srs. **Alan Chan**, cidadão estadunidense, advogado; (ii) Sr. **Christopher David Stansbury**, cidadão estadunidense, administrador; e (iii) Sr. **John Alan Bird**, cidadão estadunidense, administrador. Os Srs. Alan Chan, Christopher David Stansbury e John Alan Bird declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. São Paulo, 28/05/2021. JUCESP nº 371.158/21-7 em 05/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 02/02/2023

Data, Local e Hora: 02/02/2023, às 10hs, na sede social. **Mesa:** Presidente: Sr. Antonio Celso Dantas. Secretária: Sra. Fernanda Alves Ferreira Suarez. **Convocação e presença:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do conselho de administração. **Deliberações aprovadas:** Em razão do falecimento do Diretor Executivo, Sr. José Alberto Rezende Caous, e da eleição de novos membros do Conselho de Administração da Companhia pela Assembleia Geral, os novos membros do Conselho de Administração da Companhia decidem alterar a composição da Diretoria da Companhia e eleger eis novos membros. A unanimidade dos membros do Conselho de Administração deliberou por eleger o Sr. **Antonio Celso Dantas**, brasileiro, auditor financeiro, que antes ocupava o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, para o cargo de Diretor Executivo, e o Sr. **Gary Lee Cantor**, americano, administrador, para o cargo de Diretor sem designação específica, com mandato de 1 ano, a contar desta data. Não obstante o prazo indicado acima, os Diretores permanecerão no cargo e no exercício de suas funções até a eleição e posse de novos diretores, nos termos do artigo 17 do estatuto social da Companhia e do art. 150, §4º, da Lei nº 6.404/76, estendendo-se o prazo de mandato automaticamente até que isso ocorra. **Declaração de desimpedimento:** Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. SP, 02/02/2023. Conselheiros presentes: Gary Lee Cantor (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez), Stephanie Dura (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez) e Rick Seidlitz (pp. Antonio Celso Dantas e Fernanda Alves Ferreira Suarez). JUCESP nº 113.605/23-7 em 22/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05/01/2024

Data, Hora e Local: 05/01/2024, às 10hs, na sede social. **Mesa:** Presidente: Sr. Antonio Celso Dantas; Secretária: Sra. Fernanda Alves Ferreira Suarez. **Convocação e Presença:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do conselho de administração. **Deliberações Aprovadas:** Eleitos com mandato de 3 anos: (1) o Sr. **Diego Perez Monsalvo**, argentino, engenheiro, para Diretor Executivo; e (ii) o Sr. **Antonio Celso Dantas**, brasileiro, contador, para o cargo de Diretor sem designação específica. A Diretoria passará a ser composta exclusivamente pelos 2 Diretores anteriormente mencionados, ficando vagos os outros dois cargos da Diretoria (Vice-Diretor Executivo e o outro Diretor sem designação específica). Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. São Paulo, 05/01/2024. JUCESP nº 47.311/24-1 em 05/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11/07/2022

Data, Local e Hora: 11/07/2022, às 15hs, na sede social. **Mesa:** Presidente: Sr. José Alberto Rezende Caous. Secretário: Sr. Antonio Celso Dantas. **Convocação e presença:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do conselho de administração. **Deliberações aprovadas:** Reeleitos o Sr. **José Alberto Rezende Caous**, brasileiro, administrador de empresas, para o cargo de Diretor Executivo; e o Sr. **Antonio Celso Dantas**, brasileiro, auditor financeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica, com mandato de 1 ano, a contar desta data. Não obstante o prazo indicado acima, os diretores permanecerão no cargo e no exercício de suas funções até a eleição e posse de novos diretores, estendendo-se o prazo de mandato automaticamente até que isso ocorra. Em razão do disposto no artigo 17 do estatuto social da Companhia e no art. 150, § 4º, da Lei nº 6.404/76, os Conselheiros ratificam que os Diretores continuarão no exercício de seus cargos desde 29/05/2022 até a presente data. **Declaração de desimpedimento:** Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. São Paulo, 11/07/2022. JUCESP nº 403.275/22-2 em 08/08/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Local e Hora: 29/05/2021, às 10hs, na sede social. **Mesa:** Sr. José Alberto Rezende Caous como Presidente e o Sr. Antonio Celso Dantas como Secretário. **Convocação e presença:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações aprovadas:** Reeleitos o Sr. **José Alberto Rezende Caous**, brasileiro, administrador de empresas, para o cargo de **Diretor Executivo**; e o Sr. **Antonio Celso Dantas**, brasileiro, auditor financeiro, para o cargo de **Diretor sem designação específica**, ambos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Jose Gomes Falcão, 111, Barra Funda, CEP 01139-010, com mandato de 1 ano, a partir desta data. Não obstante o prazo indicado acima, os diretores permanecerão no cargo e no exercício de suas funções até a eleição e posse de novos diretores, nos termos do artigo 17 do estatuto social da Companhia e do art. 150, §4º, da Lei nº 6.404/76, estendendo-se o prazo de mandato automaticamente até que isso ocorra. **Declaração de desimpedimento:** Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. São Paulo, 29/05/2021. JUCESP nº 394.985/21-7 em 18/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

DATA
MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br



datamercantil.com.br



PUBLICIDADE LEGAL

Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124
Ata de Reunião da Diretoria em 02/01/2023
Data, Local e Hora: 02/01/2023, às 9hs, na sede social.
Composição da Mesa: Presidente: Sr. Antonio Celso Dantas; Secretária: Sra. Helen Menezes Kobayashi Zamora. Convocação e presença: dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da Diretoria. Deliberações aprovadas: A abertura de nova filial da Companhia localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua José Gomes Falcão, n.º 111, Barra Funda, CEP 01139-010, que funcionará como escritório administrativo (CNAE 82.19-9-99). Nada mais. São Paulo, 02/01/2023. JUCESP/NIRE nº 3590652290-0. JUCESP nº 89.680/23-6 em 03/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Arrow Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 43.076.082/0001-60
NIRE 35.300.172.124
Ata de Reunião da Diretoria em 12/08/2022
Data, Local e Hora: Em 12/08/2022, às 10hs, na sede social. Mesa: Presidente: Sr. José Alberto Resende Caous. Secretário: Sr. Antonio Celso Dantas. Convocação e presença: Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da Diretoria. Deliberações aprovadas: Deliberado o encerramento da filial da Companhia localizada no Município de Viana/ES, na Rodovia BR 262, n.º 5.160, km 1306, módulo 02, Ribeira, CEP 29132-690, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.076.082/0010-51, Junta Comercial do Espírito Santo sob NIRE 32900797122. Nada mais. SP, 12/08/2022. JUCESP nº 451.167/22-3 em 31/08/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,9581 / R\$ 4,9587 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,9646 / R\$ 4,9666 *

Turismo - R\$ 4,9906 /

R\$ 5,1706

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio

livre mercado

no dia: 0,28%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,92%

Pontos: 185.600

Volume financeiro:

R\$ 26.448 bilhões

Maiores altas: Porto

Sudeste ON (27,45%),

Sequoia ON (27,27%),

Revee ON (25,00%)

Maiores baixas:

Azevedo & Travassos

PN (-14,29%), TC SA

(-13,54%), Grupo Toky

ON (-12,12%)

S&P 500 (Nova York):

1,02%

Dow Jones (Nova York):

1,62%

Nasdaq (Nova York):

0,89%

CAC 40 (Paris): 0,53%

Dax 30 (Frankfurt):

1,41%

Financial 100 (Lon-

dres): 1,62%

Nikkei 225 (Tóquio):

-1,06%

Hang Seng (Hong

Kong): -1,28%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,11%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,06%

Arrow Brasil S.A.

CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01/02/2023
Data, Hora e Local: 01/02/2023, às 9hs, na sede social. Mesa: Antonio Celso Dantas - Presidente. Fernanda Alves Ferreira Suarez - Secretária. Convocação e Presença: Dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social. Publicações: as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2019 e 31.12.2020 foram publicadas no jornal Gazeta de São Paulo. Deliberações aprovadas: 1. Em AGO: 6.1. Aprovada as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2019 e 31.12.2020. As contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017 foram aprovadas com ressalvas e/ou reservas pela unanimidade dos acionistas da Companhia, conforme previsto no Item 6(i) da Ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 28/01/2020, e tais ressalvas e/ou reservas permanecem vigentes, não sendo superadas nem alteradas pelas deliberações ora tomadas. 6.2. Em razão da apuração de prejuízos nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2019 e 31.12.2020, a totalidade do prejuízo dos referidos exercícios foi destinada para a conta de prejuízos acumulados. 6.3. Aprovada a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato de 3 anos, a contar desta data: (i) Gary Lee Cantor, americano, administrador, tendo sido nomeado como Presidente do Conselho de Administração; (ii) Stephanie Dura, canadense, portadora do passaporte nº HM431501; e (iii) Rick Seidlitz, americano, diretor financeiro, que assumem seus cargos de acordo com os Termos de Posse. 6.4. Ratificada a remuneração dos administradores paga pela Companhia ao longo dos exercícios de 2018, 2019 e 2020. II. Em AGE: 6.5. Alterar e/ou complementar as disposições do Capítulo IV (Administração da Companhia) do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Capítulo IV. Da Administração da Companhia. Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração será composto por 3 membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral escolherá, dentre os membros do Conselho de Administração, o Presidente. §Único A investidura no cargo de conselheiro de administração far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, independentemente de caução. Artigo 14. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado, por escrito, por um de seus membros, com 5 dias de antecedência. É dispensado o interregno de 5 dias quando o Conselho de Administração se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. §1º Nas reuniões do Conselho de Administração, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Em caso de empate, a matéria será submetida à Assembleia Geral. §2º Em todas as reuniões do Conselho de Administração é admitido que o membro do Conselho de Administração ausente seja representado por um de seus pares, seja para formação de “quórum”, seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os conselheiros também poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a identificação do participante, sendo consideradas presentes à reunião. Artigo 15. Compete especialmente ao Conselho de Administração: a) convocar as assembleias gerais; b) fixar a orientação geral dos negócios sociais; c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre atos da administração; e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) manifestar-se sobre as propostas e recomendações da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral; e h) decidir quaisquer questões extraordinárias relativas à Companhia. Artigo 16. A Diretoria será composta por 2 a 4 Diretores, sendo 1 Diretor Executivo, 1 Vice Diretor Executivo e 2 Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, que também fixará seus honorários. Artigo 17. O prazo de mandato dos Diretores, que são reelegíveis, é de 3 anos, mas qualquer que seja a data de eleição, os mandatos dos Diretores terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social de suas gestões; outrossim, mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores. Artigo 18. A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, independentemente de caução. Artigo 19. Havendo vacância em cargo da Diretoria, deverá ser convocada uma reunião do Conselho de Administração para provimento do cargo vago, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. Artigo 20. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada, por escrito, por qualquer de seus membros, com 03 dias de antecedência. É dispensado o interregno de 03 dias quando a Diretoria se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. §1º. Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor ausente seja representado pelo outro Diretor, seja para formação de “quórum”, seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os Diretores também poderão participar das reuniões por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a perfeita identificação do participante. §2º Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por unanimidade e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Caso não haja consenso, a matéria será submetida ao Conselho de Administração. Artigo 21. Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para transgir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste estatuto. Artigo 22. Compete especialmente à Diretoria, observando a competência do Conselho de Administração: a) apresentar à Assembleia Geral o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho Fiscal, se em operação. b) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, escritórios ou outras dependências da Companhia; c) propor à Assembleia Geral a destinação dos lucros do exercício e a distribuição de juros sobre o capital próprio ou de dividendos intermediários, observadas as disposições legais e as deste estatuto; e d) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do artigo 23, infra. §Único Compete ao Diretor Executivo: a) a supervisão geral e a coordenação das áreas econômicas, financeira, comercial e administrativa, de forma a assegurar o desenvolvimento normal das atividades sociais; b) a supervisão do desempenho da infraestrutura organizacional e da política de pessoal; c) a coordenação da programação de investimentos, projeção e controle de receitas e despesas, quadro de pessoal e estudos de mercado; d) a supervisão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais; e) fixação das metas comerciais e o estabelecimento das práticas comerciais a serem adotadas, definindo os contratos comerciais a serem celebrados e a contratação e/ou dispensa de distribuidores e representantes comerciais; e f) a coordenação de compras e almoxarifado, de exportação de mercadorias e de importação de matérias primas. Artigo 23. A Companhia considerará-se obrigada quando representada: a) isoladamente pelo Diretor Executivo; b) conjuntamente por dois Diretores; e c) por um Diretor sem designação específica em conjunto com um procurador ou por dois procuradores, de acordo com os poderes conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no §1º, infra; ou d) isoladamente por um Diretor sem designação específica ou um procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhe houverem sido conferidos, observado o disposto no §2º, infra. §1º. Na constituição de procuradores (i) a Companhia poderá ser representada isoladamente pelo Diretor sem designação específica para outorgar poderes para praticar os atos previstos no §2º abaixo; e (ii) para outorgar poderes para praticar os demais atos, a Companhia deverá ser representada necessariamente pelo Diretor Executivo. §2º A representação da Companhia isoladamente pelo Diretor sem designação específica ou por 1 procurador, nos termos da representação prevista no item “d” acima, está limitada aos seguintes atos: a) endosso de duplicatas ou ordens de pagamento em favor de estabelecimentos bancários, para efeito de depósito, desconto, caução ou cobrança, inclusive para assinar os respectivos contratos, propostas e “bordeaux”; b) representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, inclusive Ministério do Comércio Exterior e suas Secretarias e departamentos, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos; e c) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas. §3º Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a um ano. Artigo 24. Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores ou a quaisquer procuradores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contraírem obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência deste artigo. “6.6. Aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 01/02/2023. JUCESP nº 100.370/23-8 em 09/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º A Arrow Brasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, CEP 05275-000, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera. §Único Por deliberação da diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior. Artigo 3º O tempo de duração da Companhia é indeterminado. Artigo 4º A Companhia tem por objeto: (i) Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; parte e peças CNAE 46.69-9-99; (ii) comércio atacadista de equipamentos de informática CNAE 46.51-6-01; (iii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação CNAE 46.52-4-00; (iv) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE 47.51-2-01; (v) outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE 64.63-8-00; (vi) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE 74.90-1-04; (vii) treinamento em informática CNAE 85.99-6-03; (viii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos CNAE 95.11-8-00; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente CNAE 82.19-9-99; (x) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE 62.03-1-00; (xi) consultoria em tecnologia da informação CNAE 62.04-0-00; (xii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CNAE 62.09-1-00; (xiii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 63.11-9-00. Capítulo II. Do Capital e das Ações. Artigo 5º O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 82.178.413,00, dividido em 212.371.286 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Artigo 6º A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo criar ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais existentes, sem guardar a proporção existente entre as espécies,

observada a proporção entre ações ordinárias e preferenciais prevista na Lei nº 6404/76 e as normas deste estatuto. Artigo 7º A cada ação ordinária corresponde 1 voto nas deliberações tomadas em Assembleias Gerais. Artigo 8º A ação é indivisível em relação à Companhia. Artigo 9º As ações não serão representadas por cautelais, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 10 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas por qualquer membro do Conselho de Administração. Artigo 11 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Executivo ou, na sua ausência, por qualquer Diretor. Caberá ao presidente da Assembleia Geral a designação do secretário. Artigo 12 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei. Capítulo IV. Da Administração da Companhia. Artigo 13 A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração será composto por 3 membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral escolherá, dentre os membros do Conselho de Administração, o Presidente. §Único A investidura no cargo de conselheiro de administração far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, independentemente de caução. Artigo 14 O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado, por escrito, por um de seus membros, com 5 dias de antecedência. É dispensado o interregno de 5 dias quando o Conselho de Administração se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. §12 Nas reuniões do Conselho de Administração, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Em caso de empate, a matéria será submetida à Assembleia Geral. §2º Em todas as reuniões do Conselho de Administração é admitido que o membro do Conselho de Administração ausente seja representado por um de seus pares, seja para formação de “quórum”, seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os conselheiros também poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a identificação do participante, sendo considerados presentes à reunião. Artigo 15 Compete especialmente ao Conselho de Administração a) convocar as assembleias gerais; b) fixar a orientação geral dos negócios sociais; c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre atos da administração; e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) manifestar-se sobre as propostas e recomendações da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral; e h) decidir quaisquer questões extraordinárias relativas à Companhia. Artigo 16 A Diretoria será composta por 2 a 4 Diretores, sendo 1 Diretor Executivo, 1 Vice Diretor Executivo e 2 Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, que também fixará seus honorários. Artigo 17 O prazo de mandato dos Diretores, que são reelegíveis, é de 3 anos, mas qualquer que seja a data de eleição, os mandatos dos Diretores terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social de suas gestões; outrossim, mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores. Artigo 18 A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, independentemente de caução. Artigo 19 Havendo vacância em cargo da Diretoria, deverá ser convocada uma reunião do Conselho de Administração para provimento do cargo vago, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. Artigo 20 A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada, por escrito, por qualquer de seus membros, com 03 dias de antecedência. É dispensado o interregno de 03 dias quando a Diretoria se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. §1º Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor ausente seja representado pelo outro Diretor, seja para formação de “quórum”, seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os Diretores também poderão participar das reuniões por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a perfeita identificação do participante. §2º Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por unanimidade e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Caso não haja consenso, a matéria será submetida ao Conselho de Administração. Artigo 21 Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para transgir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste estatuto. Artigo 22 Compete especialmente à Diretoria, observando a competência do Conselho de Administração: a) apresentar à Assembleia Geral o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho Fiscal, se em operação; b) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, escritórios ou outras dependências da Companhia; c) propor à Assembleia Geral a destinação dos lucros do exercício e a distribuição de juros sobre o capital próprio ou de dividendos intermediários, observadas as disposições legais e as deste estatuto; e d) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do artigo 23, infra. §Único Compete ao Diretor Executivo: a) a supervisão geral e a coordenação das áreas econômicas, financeira, comercial e administrativa, de forma a assegurar o desenvolvimento normal das atividades sociais; b) a supervisão do desempenho da infraestrutura organizacional e da política de pessoal; c) a coordenação da programação de investimentos, projeção e controle de receitas e despesas, quadro de pessoal e estudos de mercado; d) a supervisão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais; e) fixação das metas comerciais e o estabelecimento das práticas comerciais a serem adotadas, definindo os contratos comerciais a serem celebrados e a contratação e/ou dispensa de distribuidores e representantes comerciais; e f) a coordenação de compras e almoxarifado, de exportação de mercadorias e de importação de matérias primas. Artigo 23 A Companhia considerará-se obrigada quando representada: a) isoladamente pelo Diretor Executivo; b) conjuntamente por dois Diretores; e c) por um Diretor sem designação específica em conjunto com um procurador ou por dois procuradores, de acordo com os poderes conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no §1º infra; ou d) isoladamente por um Diretor sem designação específica ou um procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhe houverem sido conferidos, observado o disposto no §2º, infra. §1º Na constituição de procuradores (i) a Companhia poderá ser representada isoladamente pelo Diretor sem designação específica para outorgar poderes para praticar os atos previstos no §2º abaixo; e (ii) para outorgar poderes para praticar os demais atos, a Companhia deverá ser representada necessariamente pelo Diretor Executivo. §2º A representação da Companhia isoladamente pelo Diretor sem designação específica ou por 1 procurador, nos termos da representação prevista no item “d”, acima, está limitada aos seguintes atos: a) endosso de duplicatas ou ordens de pagamento em favor de estabelecimentos bancários, para efeito de depósito, desconto, caução ou cobrança, inclusive para assinar os respectivos contratos, propostas e “bordeaux”; b) representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, inclusive Ministério do Comércio Exterior e suas Secretarias e departamentos, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos; e c) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas. §3º Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a um ano. Artigo 24 Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores ou a quaisquer procuradores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contraírem obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência deste artigo. Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 25 A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que preencham os requisitos previstos no artigo 161 da Lei nº 6.404/76. Artigo 26 O Conselho Fiscal será composto de 03 a 05 membros e de suplentes em igual número. A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, §3º, da Lei nº 6.404/76. §1º O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições determinados pela Lei nº 6.404/76. §2º Nos impedimentos ou ausências de membros do Conselho Fiscal, estes serão substituídos pelos respectivos suplentes. Capítulo VI. Do Exercício Social e Distribuição de Lucros. Artigo 27 O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal. Artigo 28 A Diretoria deverá submeter à Assembleia Geral juntamente com as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do resultado do exercício, sendo que dos lucros líquidos, serão destinados: a) 5% para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; b) a importância destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76; c) o saldo remanescente do lucro líquido, após a destinação prevista nos itens (a) e (b) anteriores, deverá ser destinado (i) à Reserva para Investimentos e Expansão ou (ii) de acordo com a proposta da administração sujeita à deliberação da Assembleia Geral. Artigo 29 A Companhia terá uma reserva estatutária denominada “Reserva para Investimentos e Expansão”, a qual tem como finalidade assegurar recursos suficientes para expandir as atividades e investimentos, bem como para subsidiar projetos para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades da Companhia. §1º Efetivadas as destinações previstas nos itens (a) e (b) do artigo 28, acima, até 100% do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício poderá ser destinado para a Reserva para Investimentos e Expansão. §2º Caso não utilizados ou aproveitados para a absorção de prejuízos acumulados, a Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Expansão aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização ou sua aplicação na recompra de ações para manutenção em tesouraria. §3º O saldo da Reserva para Investimentos e Projetos não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Ultrapassado esse limite, a Assembleia Geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas, recompra de ações, integralização ou aumento do capital social. Artigo 30 Em razão da natureza das atividades da Companhia, que necessita constantes reinvestimentos de capital próprio, os acionistas não farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório. Na hipótese de este dispositivo vir a ser considerado nulo em juízo, fica estabelecido, para os fins previstos no caput do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que os acionistas farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório no valor de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202, inciso I, da Lei nº 6.404/76. Artigo 31 A Diretoria poderá levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais. Capítulo VII. Da Liquidação da Companhia. Artigo 32 A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. São Paulo, 01/02/2023.



PUBLICIDADE LEGAL

Arrow Brasil S.A.

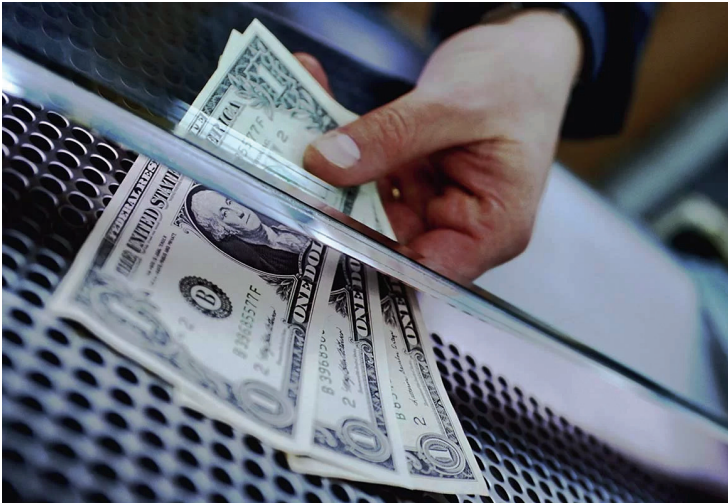
CNPJ nº 43.076.082/0001-60 - NIRE 35.300.172.124

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 05/01/2024

Data, Hora e Local: 05/01/2024, às 10hs, na sede social. **Mesa:** Presidente: Antonio Celso Dantas; Secretária: Fernanda Alves Ferreira Suarez. **Convocação e Presença:** Dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia. **Publicações:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021 foram publicadas na edição do dia 06/12/2023 do Jornal Empresas e Negócios (página 5). **Deliberações aprovadas:** I. Em AGO: 6.1 Aprovar integralmente e sem ressalvas as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021. 6.2 Em razão dos prejuízos acumulados da Companhia, a totalidade do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31.12.2021 foi destinada para a absorção dos prejuízos acumulados. II. Em AGE: 6.3 Alterar, para fins de complementação, o endereço da sede da Companhia da Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, Unidade 34, Centro Logístico Anhanguera, CEP 05275-000, na Capital do Estado de São Paulo para Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, Unidade 34 do Centro Logístico Anhanguera, KM 15 Sul, Saída KM 16, CEP 05275-000 na Capital do Estado de São Paulo. 6.4 Aprovar a alteração do Artigo 2º do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação: **“Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, Unidade 34 do Centro Logístico de Anhanguera, KM 15 Sul, Saída KM 16, CEP 05275-000. §Único Por deliberação da diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.”** 6.5 Alterar o Artigo 23 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 23. A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:** a) isoladamente pelo Diretor Executivo; b) conjuntamente por dois Diretores; c) por um Diretor em conjunto com um procurador ou por dois procuradores, de acordo com os poderes conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no §1º, infra; ou d) isoladamente por um Diretor ou um procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhe houverem sido conferidos, observado o disposto no §2º, infra. **§1º** Na constituição de procuradores, a Companhia deverá ser necessariamente representada por dois Diretores em conjunto. **§2º** A representação da Companhia por um só Diretor ou procurador está limitada aos seguintes atos: a) endosso de cheques, duplicatas ou ordens de pagamento em favor de estabelecimentos bancários, para efeito de depósito, desconto, caução ou cobrança, inclusive para assinar os respectivos contratos, propostas e “bordeaux”; b) representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, inclusive Ministério do Comércio Exterior e suas Secretarias e departamentos, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos; e c) representação perante a justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas. **§3º** Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a um ano.” 6.6 Aprovar, por fim, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme a redação constante do Anexo I a esta ata. Nada mais. São Paulo, 05/01/2024. JUCESP nº 47.621/24-2 em 06/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º A Arrow Brasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, Via Anhanguera, S/N, Jardim Jaraguá, Unidade 34 do Centro Logístico de Anhanguera, KM 15 Sul, Saída KM 16, CEP 05275-000. **§Único** Por deliberação da diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer ponto do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º** A Companhia tem por objeto: (i) Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; parte e peças CNAE 46.69-9-99; (ii) comércio atacadista de equipamentos de informática CNAE 46.51-6-01; (iii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação CNAE 46.52-4-00; (iv) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática CNAE 47.51-2-01; (v) outras sociedades de participação, exceto holdings CNAE 64.63-8-00; (vi) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários CNAE 74.90-1-04; (vii) treinamento em informática CNAE 85.99-6-03; (viii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos CNAE 95.11-8-00; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente CNAE 82.19-9-99; (x) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis CNAE 62.03-1-00; (xi) consultoria em tecnologia da informação CNAE 62.04-0-00; (xii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CNAE 62.09-1-00; (xiii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet CNAE 63.11-9-00. **Capítulo II. Do Capital e das Ações. Artigo 5º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 82.178.413,00, dividido em 212.371.286 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º** A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo criar ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais existentes, sem guardar a proporção existente entre as espécies, observada a proporção entre ações ordinárias e preferenciais prevista na Lei nº 6404/76 e as normas deste estatuto. **Artigo 7º** A cada ação ordinária corresponde 1 voto nas deliberações tomadas em Assembleias Gerais. **Artigo 8º** A ação é indivisível em relação à Companhia. **Artigo 9º** As ações não serão representadas por cautelares, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 10** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas por qualquer membro do Conselho de Administração. **Artigo 11** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Executivo ou, na sua ausência, por qualquer Diretor. Caberá ao presidente da Assembleia Geral a designação do secretário. **Artigo 12** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei. **Capítulo IV. Da Administração da Companhia. Artigo 13** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração será composto por 3 membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. A Assembleia Geral escolherá, dentre os membros do Conselho de Administração, o Presidente. **§Único** A investidura no cargo de conselheiro de administração far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, independentemente de caução. **Artigo 14** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado, por escrito, por um de seus membros, com 5 dias de antecedência. É dispensado o interregno de 5 dias quando o Conselho de Administração se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. **§1º** Nas reuniões do Conselho de Administração, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Em caso de empate, a matéria será submetida à Assembleia Geral. **§2º** Em todas as reuniões do Conselho de Administração é admitido que o membro do Conselho de Administração ausente seja representado por um de seus pares, seja para formação de “quórum”, seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os conselheiros também poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico que permita a identificação do participante, sendo considerados presentes à reunião. **Artigo 15** Compete especialmente ao Conselho de Administração: a) convocar as assembleias gerais; b) fixar a orientação geral dos negócios sociais; c) eleger e destituir os Diretores da Companhia; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre atos da administração; e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) manifestar-se sobre as propostas e recomendações da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral; e h) decidir quaisquer questões extraordinárias relativas à Companhia. **Artigo 16** A Diretoria será composta por 2 a 4 Diretores, sendo 1 Diretor Executivo, 1 Vice Diretor Executivo e 2 Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, que também fixará seus honorários. **Artigo 17** O prazo de mandato dos Diretores, que são reelegíveis, é de 3 anos, mas qualquer que seja a data de eleição, os mandatos dos Diretores terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social de suas gestões; outrossim, mesmo quando vencidos os respectivos mandatos, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores. **Artigo 18** A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, independentemente de caução. **Artigo 19** Havendo vacância em cargo da Diretoria, deverá ser convocada uma reunião do Conselho de Administração para provimento do cargo vago, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. **Artigo 20** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada, por escrito, por qualquer de seus membros, com 03 dias de antecedência. É dispensado o interregno de 03 dias quando a Diretoria se reunir com a presença, ou representação, de todos os seus membros em exercício. **§1º** Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor ausente seja representado pelo outro Diretor, seja para formação de “quórum”, seja para votação. Sem prejuízo, também são admitidos votos por carta ou e-mail, quando recebidos na sede social até o momento da reunião. Os Diretores também poderão participar das reuniões por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônica que permita a perfeita identificação do participante. **§2º** Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por unanimidade e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Caso não haja consenso, a matéria será submetida ao Conselho de Administração. **Artigo 21** Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste estatuto. **Artigo 22** Compete especialmente à Diretoria, observando a competência do Conselho de Administração: a) apresentar à Assembleia Geral o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao parecer do Conselho Fiscal, se em operação. b) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, escritórios ou outras dependências da Companhia; c) propor à Assembleia Geral a destinação dos lucros do exercício e a distribuição de juros sobre o capital próprio ou de dividendos intermediários, observadas as disposições legais e as deste estatuto; e d) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do artigo 23, infra. **§Único** Compete ao Diretor Executivo: a) a supervisão geral e a coordenação das áreas econômicas, financeira, comercial e administrativa, de forma a assegurar o desenvolvimento normal das atividades sociais; b) a supervisão do desempenho da infraestrutura organizacional e da política de pessoal; e a coordenação da programação de investimentos, projeção e controle de receitas e despesas, quadro de pessoal e estudos de mercado; d) a supervisão e controle das contas bancárias e da aplicação dos recursos financeiros disponíveis no mercado de capitais; e) fixação das metas comerciais e o estabelecimento das práticas comerciais a serem adotadas, definindo os contratos comerciais a serem celebrados e a contratação e/ou dispensa de distribuidores e representantes comerciais; e f) a coordenação de compras e almoxarifado, de exportação de mercadorias e de importação de matérias primas. **Artigo 23** A Companhia considerarse-á obrigada quando representada: a) isoladamente pelo Diretor Executivo; b) conjuntamente por dois Diretores; c) por um Diretor em conjunto com um procurador ou por dois procuradores, de acordo com os poderes conferidos nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto no §1º, infra; ou d) isoladamente por um Diretor ou um procurador, de acordo com a extensão dos poderes que lhe houverem sido conferidos, observado o disposto no §2º, infra. **§1º** Na constituição de procuradores, a Companhia deverá ser necessariamente representada por dois Diretores em conjunto. **§2º** A representação da Companhia por um só Diretor ou procurador está limitada aos seguintes atos: a) endosso de cheques, duplicatas ou “ordens de pagamento em favor de estabelecimentos bancários, para efeito de depósito, desconto, caução ou cobrança, inclusive para assinar os respectivos contratos, propostas e “bordeaux”; b) representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, inclusive Ministério do Comércio Exterior e suas Secretarias e departamentos, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos; e c) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas. **§3º** Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a um ano. **Artigo 24** Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores ou a quaisquer procuradores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contraírem obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência deste artigo. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 25** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que preencham os requisitos previstos no artigo 161 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26** O Conselho Fiscal será composto de 03 a 05 membros e de suplentes em igual número. A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, §3º, da Lei nº 6.404/76. **§1º** O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições determinados pela Lei nº 6.404/76. **§2º** Nos impedimentos ou ausências de membros do Conselho Fiscal, estes serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VI. Do Exercício Social e Distribuição de Resultados. Artigo 27** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal. **Artigo 28** A Diretoria deverá submeter à Assembleia Geral juntamente com as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do resultado do exercício, sendo que os lucros líquidos serão destinados: (i) 5% para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; (ii) a importância destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76; (iii) o saldo remanescente do lucro líquido, após a destinação prevista nos itens (a) e (b) anteriores, deverá ser destinado (i) à Reserva para Investimentos e Expansão ou (ii) e acordo com a proposta da administração sujeita à deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 29** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada “Reserva para Investimentos e Expansão”, a qual tem como finalidade assegurar os recursos suficientes para expandir as atividades e investimentos, bem como para subsidiar projetos para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades da Companhia. **§1º** Efetivadas as destinações previstas nos itens (a) e (b) do Artigo 28, acima, 100% do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício poderá ser destinado para a Reserva de Investimentos e Expansão. **§2º** Caso não utilizados ou aproveitados para a absorção de prejuízos acumulados, a Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva de Investimentos e Expansão aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização ou sua aplicação na recompra de ações para manutenção em tesouraria. **§3º** O saldo da Reserva para Investimentos e Projetos não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Ultrapassado esse limite, a Assembleia Geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas, recompra de ações integralização ou aumento de capital. **Artigo 30** Em razão da natureza das atividades da Companhia, que necessita de constantes reinvestimentos de capital próprio, os acionistas não farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório. Na hipótese de este dispositivo vir a ser considerado nulo em juízo, fica estabelecido, para os fins previstos no caput do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que os acionistas farão jus ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório no valor de 1% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do art. 202, inciso I, da Lei nº 6.404/76. **Artigo 31** A Diretoria poderá levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais. **Capítulo VII. Da Liquidação da Companhia. Artigo 32** A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. São Paulo, 05/01/2024.

Dólar sobe com aumento da tensão no Oriente Médio, mas segue abaixo de R\$ 5,00



Após trocas de sinal pela manhã, o dólar à vista se firmou em terreno positivo no perído da tarde desta segunda-feira, 4, em sintonia com o comportamento da moeda norte-americana no exterior, e fechou em alta de 0,30%, a R\$ 4,9677. Ativos como bolsas e divisas emergentes sofreram com o aumento da percepção de risco geopolítico após relatos de ataques iranianos a instalações petrolíferas dos Emirados Árabes Unidos.

A ausência de sinais concretos de avanço nas negociações de paz no Oriente Médio ao longo do fim de semana – aliada à queda de braço entre Estados Unidos e Irã em torno do tráfego de embarcações pelo Estreito de Ormuz – avivou temores de abandono do cessar-fogo, impulsionando os preços do petróleo. O contrato do barril do tipo Brent para julho – referência de preços para a Petrobras – superou a marca de US\$ 115 na máxima e fechou cotado a US\$ 114,44, em alta de 5,8%.

O real apresentou perdas significativas que as de seus

principais pares, grupo que abrange as divisas latino-americanas, o rand sul-africano e moedas de países exportadores de commodities, como o dólar australiano e canadense. Analistas atribuem a resiliência do real ao fato de o país ser exportador líquido de petróleo, o que faz com que a escalada dos preços da commodity se traduza em melhora dos termos de troca. Outro ponto que joga a favor da moeda brasileira é a perspectiva de encurtamento do espaço para queda adicional da taxa Selic diante do choque energético.

Mesmo nos momentos de maior estresse da sessão, no início da tarde, o dólar permaneceu abaixo do nível de R\$ 5,00, tocando máxima a R\$ 4,9824. A moeda americana encerrou abril com perdas de 4,3% e no menor valor de fechamento desde 7 de março de 2024. No ano, o dólar recua mais de 9% em relação ao real, que tem, no período, o melhor desempenho entre as divisas mais líquidas, incluindo fortes e emergentes.

IstoÉDinheiro



PUBLICIDADE LEGAL

Taxas de juros futuras disparam e curva ganha inclinação com escalada do petróleo



A primeira sessão de maio foi bastante negativa para a curva de juros futuros, que ganhou inclinação de forma acentuada nesta segunda-feira, 4. Se, no primeiro mês do conflito no Oriente Médio, as taxas curtas e intermediárias foram as mais impactadas, a dinâmica mudou, com os vértices longos chegando a abrir mais de 20 pontos-base no meio da tarde, impulsionados pela avaliação de que a guerra pode ter efeito mais duradouro sobre a inflação. No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 subiu de 14,141% no ajuste anterior a 14,21%. O DI para janeiro de 2029 abriu a 13,85%, vindo de 13,665% no ajuste de sexta-feira. O DI para janeiro de 2031 saltou de 13,567% no ajuste a 13,86%.

As taxas já abriram em alta, pressionadas pelo tensionamento adicional entre Estados Unidos e Irã, que provocou forte abertura da curva dos Treasuries e nova elevação do petróleo – o contrato futuro do Brent fechou em avanço de quase 6%. Por aqui, ainda que em segundo plano para a curva de DIs, a piora das expectativas inflacionárias também

teve influência nos juros. No início da tarde, houve notícias de que o ataque de um drone do Irã provocou um incêndio de grandes proporções em uma zona de indústrias petrolíferas nos Emirados Árabes Unidos. O órgão de gestão de emergências do país informou, por volta das 14h50, que sistemas de defesa aérea estão atualmente respondendo a uma sexta ameaça de míssil. Países do Golfo elevaram o nível de alerta diante das ofensivas sofridas pelos Emirados, enquanto Abu Dhabi disse ter “pleno direito de responder” ao que chamou de agressão iraniana.

O presidente dos EUA, Donald Trump, acusou o país persa de realizar ataques contra navios de países “não relacionados” à operação norte-americana no Estreito de Ormuz e disse, em entrevista mais cedo, que o Irã será “varrido da Terra” se atacar meios navais americanos. Diante do acirramento das tensões geopolíticas ditando o tom dos mercados globais, o anúncio do novo programa de renegociação de dívidas do governo, o Desenrola 2.0, foi totalmente ofuscado.

IstoÉDinheiro

Alex Energia Participações S.A.									
CNPJ/MF nº 31.908.068/0001-05									
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	50.671	30.041	163.175	212.827	Contas a pagar e Fornecedores	18	–	21.375	7.889
Caixa restrito e depósitos restituíveis	–	–	80.912	–	Contas a pagar – Partes relacionadas	34.678	29.700	10.075	20.133
Contas a receber de clientes	–	–	82.232	26.982	Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.685	3.160	53.866	49.764
Contas a receber – Partes relacionadas	2.081	4.079	1.742	5.409	Passivo de arrendamento	–	–	437	319
Despesas antecipadas	–	–	6.835	3.015	Obrigações sociais e trabalhistas	160	1.360	1.002	2.688
Estoques	–	–	16.480	14.979	Obrigações tributárias	89	93	5.937	5.919
Impostos e contribuições a recuperar	1.181	2.242	5.289	13.860	Dividendos a pagar	15.162	15.162	15.214	15.435
Dividendos a receber	65.067	33.018	–	–	Outras contas a pagar	14	–	522	584
Outras contas a receber	67	93	2.804	6.181	Total do passivo circulante	55.806	49.475	108.428	102.731
Total do ativo circulante	119.067	69.473	359.469	283.253	Não circulante				
Não circulante					Contas a pagar e Fornecedores	–	–	174.110	141.011
Caixa restrito e depósitos restituíveis	–	–	36.735	36.701	Empréstimos, financiamentos e debêntures	525.042	492.253	1.052.255	1.065.892
Depósitos judiciais	14	–	13	–	Passivo de arrendamento	–	–	329	580
Investimentos	1.015.215	1.089.945	–	–	Obrigações com aquisições	33.405	29.728	33.405	29.728
Imobilizado	53	504	1.521.368	1.635.437	Provisão para desmobilização	–	–	24.297	22.620
Ativo de direito de uso	–	–	732	871	Total do passivo não circulante	558.447	521.981	1.284.396	1.259.833
Total do ativo não circulante	1.015.282	1.090.449	1.558.848	1.673.009	Patrimônio líquido				
Total do ativo	1.134.349	1.159.922	1.918.317	1.956.261	Capital social	583.628	630.470	583.628	630.470
Demonstrações dos Resultados do Exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					Prejuízos acumulados	(63.532)	(42.004)	(63.532)	(42.004)
						520.096	588.466	520.096	588.466
Receita operacional líquida	–	–	239.221	177.667	Participação de acionistas não controladores	–	–	5.397	5.231
Custo de geração de energia	–	–	(187.546)	(152.688)	Total do patrimônio líquido	520.096	588.466	525.493	593.697
Lucro bruto	–	–	51.675	24.989	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.134.349	1.159.922	1.918.317	1.956.261
Receitas (despesas) operacionais					Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
Despesas administrativas e gerais	(582)	(4.116)	(13.887)	(4.971)		2025	2024	2025	2024
Resultado com equivalência patrimonial	(5.241)	(6.543)	–	–	Prejuízo do exercício	(63.532)	(68.861)	(63.531)	(69.178)
Outras receitas e despesas operacionais	(430)	(14)	(815)	722	Total dos resultados abrangentes do exercício	(63.532)	(68.861)	(63.531)	(69.178)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(6.253)	(10.673)	(14.702)	(4.249)	Total dos resultados abrangentes atribuíveis:				
Resultado financeiro	(6.253)	(10.673)	36.973	20.750	Acionistas controladores	(63.532)	(68.861)	(63.532)	(68.861)
Receitas financeiras	4.292	2.975	32.548	25.040	Acionistas não controladores	–	–	219	(317)
Despesas financeiras	(61.571)	(62.163)	(115.529)	(103.973)		2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(63.532)	(68.861)	(46.008)	(58.183)	Prejuízo do exercício atribuível a:				
Imposto de renda e contribuição social	(63.532)	(68.861)	(46.008)	(58.183)	Acionistas controladores	(63.532)	(68.861)	(63.532)	(68.861)
Corrente	–	–	(17.305)	(10.995)	Acionistas não controladores	–	–	219	(317)
Prejuízo do exercício	(63.532)	(68.861)	(63.531)	(69.178)	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						2025	2024	2025	2024
	</								

DATA
MERCANTIL

SEMRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Estratégia Educacional Participações S.A.

CNPJ/MF nº 28.222.443/0001-46

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Ativo					Receita operacional líquida	-	-	438.500	378.097	Fluxo de caixa das atividades operacionais	29.686	53.776	40.315	46.445
Circulante					Custos na venda de produtos e serviços	-	-	(105.674)	(102.053)	Lucro antes do imposto renda e da contribuição social	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	239	47	14.948	16.371	Lucro bruto	-	-	332.826	276.044	Ajustes:	-	-	11.360	20.682
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	10.794	Despesas comerciais	-	-	(12.551)	(13.633)	Depreciações e amortizações	-	-	83	15
Contas a receber	-	-	168.372	115.385	Despesas gerais e administrativas	(6)	(5)	(279.195)	(215.126)	Baixa de imobilizado	-	-	-	715
Estoques	-	-	7.281	7.162	Resultado de equivalência patrimonial	29.692	53.780	1.442	78	Baixa de direito de uso	-	-	-	(928)
Tributos a recuperar	-	1	3.756	3.672	Lucro antes do resultado financeiro	29.686	53.775	42.522	47.363	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	61	(12.323)
Outros ativos	79	-	5.304	2.310	Receitas financeiras	5	7	8.463	5.688	Equivalência patrimonial	(29.692)	(53.780)	(1.442)	(78)
Total do ativo circulante	318	48	199.661	155.694	Despesas financeiras	(4)	(4)	(10.530)	(6.606)	Provisão para bônus	-	-	4.967	319
Não circulante					Resultado financeiro	1	3	(2.067)	(918)	Lucro justo outorga stock options	-	-	19	296
Depósitos judiciais	-	-	47	47	Lucro antes do imposto de renda e da					Valor justo outorga phantom share	-	-	(1.370)	773
Partes relacionadas	-	-	114.821	75.856	contribuição social	29.687	53.778	40.455	46.445	Juros sobre mútuo	-	-	(3.848)	(2.735)
Outros ativos	-	-	100	57	Imposto de renda e contribuição social corrente	(1)	(2)	(8.857)	(13.825)	Juros sobre arrendamento	-	-	1.083	760
Tributo diferido	-	-	11.437	14.321	Imposto de renda e contribuição social diferida	-	-	(1.912)	21.156	Juros FIDC	-	-	2.121	3.233
Derivativos	-	-	1.352	1.352	Lucro do exercício	29.686	53.776	29.686	53.776	Juros sobre empréstimos e adiantamento de recebíveis	-	-	5.107	746
Investimentos	12.695	-	429	163						Rendimento de títulos e valores mobiliários	-	-	(2.728)	(2.784)
Imobilizado	-	-	10.968	12.298						Imposto diferido	-	-	-	(3.206)
Intangível	-	-	36.395	40.686						Variação cambial	-	-	(1.849)	-
Direito de uso	-	-	5.147	6.223						Redução (aumento) dos ativos operacionais:	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	12.695	-	180.696	151.003						Contas a receber de clientes	-	-	(56.899)	(5.130)
Total do ativo	13.013	48	380.357	306.697						Estoques	-	-	(119)	1.253
Passivo										Adiantamentos e despesas antecipadas	-	-	-	(1.136)
Circulante										Impostos a recuperar	-	-	(84)	(474)
Fornecedores	-	-	14.490	14.284						Depósitos judiciais	-	-	-	(47)
Professores, autores e coaching	-	-	5.242	4.642						Dividendos a receber	-	-	1.176	-
Empréstimos a pagar	-	-	11.821	-						Outras contas a receber	-	-	(3.038)	(180)
Tributos a recolher	-	1	6.710	4.493						Aumento (redução) dos passivos operacionais:	-	-	-	-
Obrigações com pessoal	-	-	11.553	11.487						Fornecedores	-	-	206	(3.276)
Passivo de arrendamento	-	-	2.570	2.556						Professores, autores e coaching	-	-	600	(1.140)
Partes relacionadas	2.000	-	-	-						Obrigações com pessoal	-	-	(4.905)	(4.316)
Outras obrigações	-	-	509	1.552						Plano de incentivo a pagar	-	-	4	3.140
Receitas diferidas	-	-	219.591	207.115						Impostos a recolher	(3)	1	2.058	2.335
Total do passivo não circulante	2.000	1	272.486	246.129						Receita diferida	-	-	56.267	(19.931)
Não circulante										Instrumento derivativo a pagar	-	-	1.849	-
Obrigações por cotas de fundo de investimentos	-	-	-	27.377						Outras contas a pagar	-	-	(1.044)	(175)
Receitas diferidas	-	-	64.956	21.165						Impostos recolhidos	-	-	(8.698)	-(9.065)
Passivo de arrendamento	-	-	3.819	4.889						Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(9)	(3)	41.252	13.788
Tributos diferido	-	-	-	1.112						Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	-	-
Empréstimos a pagar	-	-	20.831	-						Aquisição de imobilizado	-	-	(1.762)	(9.636)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.849	-						Aquisição de intangível	-	-	(1.675)	(1.232)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	147	86						Dividendos recebidos	11.300	-	-	-
Investimento em controlada com passivo a descoberto	-	735	-	-						Títulos e valores mobiliários	-	-	13.522	20.756
Outras obrigações	12	12	12	12						Redução de capital em controlada	(100)	-	-	-
Plano de incentivo a pagar	-	-	5.256	6.626						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	11.200	-	10.085	9.688
Total do passivo não circulante	12	747	96.870	61.267						Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-
Patrimônio líquido										Mútuo com partes relacionadas a receber	-	-	(35.118)	(21.971)
Capital social	1.200	6.204	1.200	6.204						Mútuo com partes relacionadas a pagar	2.000	-	-	-
Instrumentos patrimoniais outorgados	2.091	2.072	2.091	2.072						Obrigações por cotas de fundo de investimentos	-	-	(27.377)	(18.161)
Reserva legal	240	40	240	40						Captação de empréstimos	-	-	34.020	-
Lucros/(Prejuízos) acumulados	7.470	(9.016)	7.470	(9.016)						Pagamento de empréstimos	-	-	-	(10.541)
Total do patrimônio líquido	11.001	(700)	11.001	(700)						Juros pagos sob empréstimos	-	-	(2.834)	(329)
Total do passivo e de patrimônio líquido negativo	13.013	48	380.357	306.697						Pagamento principal passivo de arrendamento	-	-	(2.364)	(1.098)
										Juros pagos sob passivo de arrendamento	-	-	(1.083)	(760)
										Antecipação de recebíveis	-	-	-	30.000
										Redução de capital social	-	-	(5.004)	-
										Distribuição de dividendos	(13.000)	-	(13.000)	-
										Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(11.000)	-	(52.760)	(889)
										Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equiv. de caixa	191	(3)	(1.423)	815
										Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48	51	16.371	15.556
										Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	239	48	14.948	16.371

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: O Estratégia Educacional Participações S.A. (a “Companhia” ou “Estratégia Educacional”) foi constituída em 19 de julho de 2017, tendo como objetivo exclusivo a participação em outras Companhias que desenvolvam projetos na área educacional. Suas controladas possuem como principais operações a venda de livros digitais, como por exemplo, cursos preparatórios para concursos públicos e vestibulares e a prestação de serviços de orientação educacional, por meio de plataforma online. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. O Estratégia Educacional e suas controladas são chamados de “Grupo” ou “Grupo Estratégia”. a) **Situação econômica e financeira:** A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, patrimônio líquido positivo de R\$11.001 e capital circulante negativo de R\$72.825 devido, principalmente, ao diferimento de suas receitas em 12, 24 ou 36 meses, conforme o modelo de negócios da Companhia. A Administração da Companhia monitora as eventuais necessidades de caixa de curto prazo, tomando todas medidas necessárias para assegurar a liquidez e a saúde financeira do Grupo. Conforme divulgado em exercícios anteriores, em 2021 foi estruturada operação de captação por meio de um FIDC, no montante inicial de R\$66.143. Referida operação foi integralmente liquidada e encerrada antecipadamente em junho de 2025, antes do prazo originalmente previsto. Em

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles incumbidos pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

DIRETORIA	
Marcus Meireles Vieira – CPF 968.933.387-91 – Diretor Financeiro	
Adriano Miguel – Controller – CRC SP 1SP 223.002/0-5	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

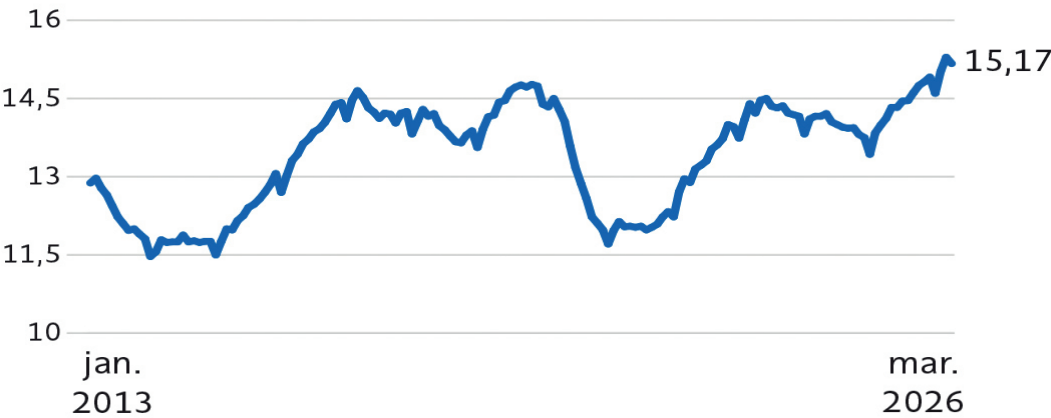
	ERNST & YOUNG	Hernane Rocha
	Audidores Independentes S/S Ltda. CRC- SP-034519/0	Contador CRC SP-253295/0



GRÁFICOS INFORMATIVOS

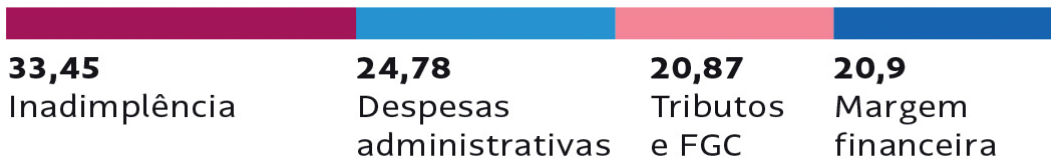
Spread ultrapassa patamar de 15 pontos e bate recorde*

Diferença entre custo de captação e juros cobrados na ponta a consumidores e empresas, em pontos percentuais



Inadimplência responde pela maior fatia do spread**

Peso de cada fator no spread de consumidores e empresas medido pelo ICC (Índice de Custo de Crédito), em %



*O spread considerado é o do ICC (Índice de Custo de Crédito), que leva em conta a carteira total de crédito
**Inadimplência média registrada entre os anos de 2022, 2023 e 2024

Empréstimos concedidos pela União

Haveres financeiros relativos a operações fiscais

Valores em R\$ bilhões correntes

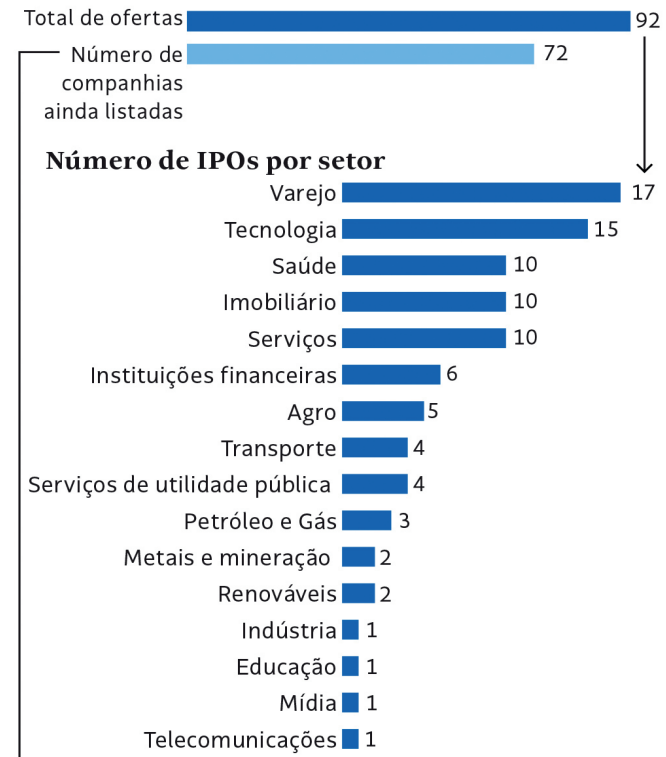
Grupo	Posição em 2024	Posição em 2025	Variação, em %
Empréstimos às instituições financeiras	80,64	75,61	-6,24
FGE - Plano Brasil Soberano	0	22,2	-
Fundo Social - calamidade pública (RS)	20,14	17,79	-11,7
Operações de crédito rural	2,18	13,46	518,72
Renova Frota	0	6,01	-
Operações de crédito à exportação	6,21	5,66	-8,86
Operações de cessão de crédito	4,85	1,99	-58,93
Ações de enfrentamento – Covid	0,74	0,45	-39,19
Total	114,75	143,15	24,75

Outros empréstimos e financiamentos concedidos

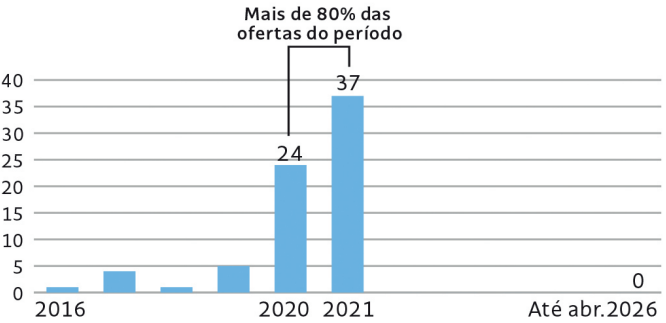
Valores em R\$ bilhões correntes

Grupo	Posição em 2024	Posição em 2025	Variação, em %
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	14,05	34,02	142,2
FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)	22,33	30,89	38,4
Fundo da Marinha Mercante	29,29	28,42	-3
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	13,47	16,35	21,4
Caixa (Minha Casa, Minha Vida) - Fundo Social	0	11,77	-
Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeteira)	6,71	8,54	27,2
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	4,59	6,62	44,2
Crédito fundiário	5,27	5,70	8,2
Novo Fungetur (Fundo Geral de Turismo)	4,29	4,21	-1,9
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações	3,06	3,79	24,1
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	3,11	3,48	11,6
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste	1,47	2,27	53,7
Ancine (Agência Nacional do Cinema)	1,31	1,64	25
Fnac (Fundo Nacional de Aviação Civil)	0	1,09	-
Outros	4,79	5,33	11,2
Total	113,75	164,09	44,26

Retrato das ofertas públicas iniciais de ações em dez anos*



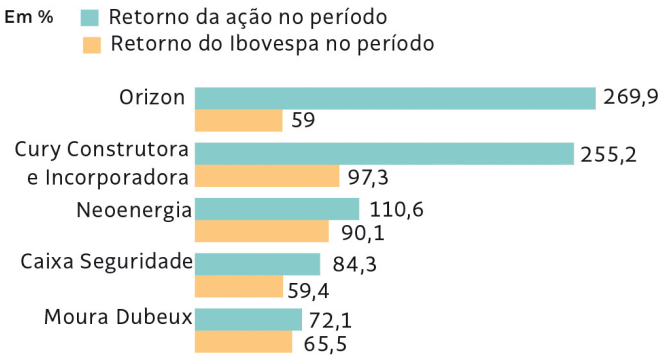
Número de IPOs por ano entre as companhias ainda listadas



Empresas com desempenho positivo desde o IPO*

Empresa	Primeira data de negociação	Retorno da ação no período, em %
Orizon	17.fev.21	269,9
Cury	21.set.20	255,2
Vibra	15.dez.17	122,6
Neoenergia	26.jun.19	110,6
Movida	8.fev.17	108
Caixa Seguridade	29.abr.21	84,3
Moura Dubeux	13.fev.20	72,1
Track & Field	26.out.20	67,9
Lavvi	2.set.20	60,6
Priner	17.fev.20	52,5
Log CP	21.dez.18	50,7
Plano & Plano	17.set.20	37,7
GPS	26.abr.21	35,8
3Tentos	12.jul.21	29,9
Bemobi	10.fev.21	23,2
Vivara	10.out.19	9,1

Empresas com retorno acima do Ibovespa desde o IPO*



*Até 24.abril.2026
Fonte: Seneca Evercore

NEGÓCIOS

Estrangeiros operam 90% dos aeroportos em capitais; Infraero encolhe



A presença de operadores estrangeiros em aeroportos brasileiros supera a observada em outros setores de infraestrutura e já domina os principais terminais do País.

Hoje, empresas internacionais controlam cerca de 90% dos aeroportos localizados em capitais, segundo levantamento do Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) com dados da ABR (Aeroportos do Brasil).

Em um cenário marcado pela redução da presença da estatal Infraero, grupos de sete países atuam em 25 dos 29 aeroportos com maior movimentação anual de passageiros nas capitais do País. A predominância

estrangeira reflete fatores regulatórios e operacionais, além do histórico de concessões, segundo especialistas.

O diretor-presidente da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), Tiago Faienstein, relaciona a forte presença estrangeira ao processo de concessões que classifica como "bem-sucedido", iniciado em 2011.

"Não havia empresas brasileiras desenvolvidas para gerir esses ativos. As concessões abriram espaço para grupos estrangeiros com expertise", afirmou à Broadcast.

A maior padronização do setor também favorece a atuação de operadores globais, segundo a sócia do BMA Advogados, Ana Cândida. "A regulação do

transporte aéreo tem forte coordenação internacional, o que traz maior uniformidade e reduz incertezas para o investidor. Isso não acontece em outros setores de infraestrutura, como saneamento e rodovias, que têm características mais locais", explicou.

Apenas quatro aeroportos em capitais não são controlados por operadores estrangeiros: Santos Dumont (RJ), Belém (PA), Cuiabá (MT) e Macapá (AP). O terminal no Rio de Janeiro é o único sob gestão exclusiva da estatal Infraero, enquanto os demais são operados por grupos privados brasileiros, como a Noa (Norte da Amazônia Airports) e a Coa (Centro-Oeste Airports).

CNN

Nubank Parque é anunciado como novo nome do estádio do Palmeiras

O Nubank anunciou nesta segunda-feira que passará a se chamar "Nubank Parque" o estádio do Palmeiras.

"A escolha foi definida pelo público, em votação aberta realizada ao longo do último mês, que reuniu quase meio milhão de votos únicos e elegeu a opção vencedora com mais de 47% de preferência", informou a empresa em comunicado.

O Nubank adquiriu os naming rights do atual

estádio do Palmeiras, que nos últimos 13 anos foi chamado de Allianz Parque. Os detalhes sobre o contrato – como valores e prazo – são confidenciais e não foram detalhados.

Segundo o comunicado, a transformação visual completa e a oficialização da arena para Nubank Parque estão previstas para ocorrer no final de julho, quando também serão apresentados oficialmente as novas cores e o logo.

IstoÉDinheiro



Empresas aéreas cortam voos e elevam preços com falta de combustível; UE alerta para crise



A crise global de combustíveis de aviação levou a União Europeia (UE) a intensificar a coordenação com governos e companhias aéreas, enquanto o setor amplia cortes de voos, eleva tarifas e revisa projeções diante da disparada de custos. A Comissão Europeia afirmou que trabalha com países-membros e agentes da indústria em meio à incerteza sobre a duração da crise. "Ninguém sabe quanto tempo isso vai durar", disse a porta-voz Anna-Kaisa Itkonen, segundo a Anadolu.

A instituição prepara diretrizes que devem incluir regras contra abastecimento excessivo, direitos dos passageiros e a possibilidade de uso de combustíveis do padrão norte-americano,

com recomendações técnicas da Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA, em inglês).

Desde o início do conflito envolvendo o Irã, o preço do combustível de aviação dobrou. Segundo o Financial Times, companhias retiraram cerca de 2 milhões de assentos da oferta global em maio nas últimas semanas, com milhares de voos cancelados e uso maior de aeronaves menores ou mais eficientes.

Entre as principais empresas, a Lufthansa cancelou 20 mil voos até outubro, enquanto a Delta reduziu capacidade em cerca de 3,5% no segundo trimestre. A Air France-KLM elevou tarifas e ajustou operações, e a KLM suspendeu mais de 150 voos na Europa. A SAS cancelou cerca de 1 mil

voos em abril, e a Air Canada cortou frequências para Nova York.

Companhias também recorrem a aumentos de preços e sobretaxas. A United Airlines avalia elevar tarifas em até 20%, enquanto American Airlines, Delta e JetBlue reajustaram taxas de bagagem. Empresas como China Eastern e Cathay Pacific elevaram sobretaxas de combustível, e a Qantas revisou para cima seus gastos com querosene, aponta o The Independent.

Algumas operadoras tentam limitar o repasse ao consumidor. A Ryanair afirmou que não pretende aplicar sobretaxas, enquanto a EasyJet disse que não cobrará custos adicionais em pacotes já vendidos, embora tenha alertado para impacto nos resultados.

IstoÉDinheiro